



II PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE

Análise de dados do questionário aos Jovens

o futuro em causa









Magda Nico e Diana Carvalho CIES-IUL, ISCTE-IUL Dezembro 2021

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO		5
1.	INTRODUÇÃO	9
2.	O 2º PLANO NACIONAL DA JUVENTUDE	13
	Política e Plano de Juventude Conhecimento, engajamento e visão para o PNJ	
3.	O QUESTIONÁRIO	27
	O questionário e o PNJ Os inquiridos	
4.	OS JOVENS VISTOS POR FORA	41
	A ESCOLA	42
	Pontos de partida, obstáculos e pontos de chegada A importância da escola em discurso direto	45 50
	Da escola ao trabalho	53
	Contexto e indicadores Os jovens trabalhadores: experiências e expectativas Os jovens precarizados e a precariedade normalizada	58
	A importância do emprego em discurso direto	66
	Sair ou ficar em casa dos pais Contexto e Indicadores Condições, composição e expectativas habitacionais	70
	A importância da habitação em discurso direto	
5.	OS JOVENS VISTOS POR DENTRO	79
	SAÚDE FÍSICA E MENTAL	80 87 87
	BULLYING IMPACTO DA PANDEMIA EXPECTATIVAS FACE AO FUTURO	93
6.	O FUTURO EM CAUSA	99
7.	REFERÊNCIAS	103
0	ANEXO: OLIECTIONÍ DIO	107

SUMÁRIO EXECUTIVO

o relatório de apoio

Este relatório independente apresenta a análise dos dados recolhidos a partir de um questionário aplicado aos jovens dos 15 aos 30 anos em Portugal, e pretende contribuir para um mais informado e discutido desenvolvimento do II Plano Nacional de Juventude. O relatório aponta por um lado, luz para os potenciais problemas, dificuldades e inquietações vividos pelos jovens e por outro, para possíveis avenidas de políticas públicas. Pretende contribuir para o amadurecimento do PNJ, e das suas possíveis tomadas de posição e agendas.

o questionário

O questionário, baseado nos princípios dos direitos humanos, da evidência científica, da participação juvenil, das políticas multissectoriais, e desenhado propositadamente para este efeito, incluiu objetivos de comparabilidade com o questionário de 2017, auscultação face às prioridades e problemas da juventude, e a caracterização socio-demográfica dos jovens. Inquiriu online 2499 jovens.

a amostra

O questionário foi aplicado numa altura conturbada do processo de vacinação dos jovens, de pausa letiva, e de discussão mediática dos comportamentos dos jovens durante a fase de maior desconfinamento desde Março de 2020. Assim sendo, a amostra é não apenas relativamente reduzida como homogénea: cerca de 2/3 dos inquiridos é português, estudante, vive em casa dos pais, não trabalha é menor de 21 anos. Tal reflete-se nas respostas e respetiva análise.

informar para engajar

O conhecimento da existência do plano de juventude pode ser um indicador do seu sucesso. A esmagadora maioria dos jovens inquiridos não sabiam da existência deste plano. A escola já tem um papel importante em dar a conhecer o anterior e o atual plano, mas deverá ser potenciada, usada oficial e permanentemente como mediadora desta informação. Apesar do desconhecimento do Plano, algumas medidas impactantes são conhecidas (para 16% dos inquiridos). A participação juvenil é baixa mas crescente com a idade, e é dispersa por vários formatos, o que a torna menos mensurável mas não diminui a sua relevância. Há, no entanto, que (informar e) conhecer mais antes de (incitar a) participar. A própria participação dos jovens neste questionário poderá ter representado um meio para conhecer o plano e as medidas para a juventude.

prioridades individuais & causas globais

As prioridades dos jovens continuam a ser todos os sectores e áreas governativas de 2017. A média mais elevada e o maior consenso em torno da importância atribuída ao emprego, educação, saúde e habitação mantem-se. Com algumas alterações: emprego destrona-se e o empreendedorismo, agora separado do emprego, revela a sua residual importância. Mas em 2021, é de sublinhar os jovens apontam como igualmente importante as desigualdades sociais, sobre o léxico de "direitos humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação." São valores sociais globais. A política juvenil é, portanto, para os jovens e para a sociedade onde vivem. A política juvenil é para todos, para o presente e para o futuro de curto e longo prazo.

ambições e obstáculos escolares

Há tantas ambições em trajetórias escolares longas quantos obstáculos à sua persecução. Estes obstáculos são extrínsecos (principalmente falta de recursos financeiros que antecipa a entrada no mercado de trabalho e desperdiça por vezes potencial educativo e académico), e podem ser incorporados (da ideia de uma escola inútil para a mobilidade social e para uma maior qualidade de vida na idade adulta; e da ideia de que não se "é" bom para os estudos). As formas de compatibilidade entre trabalho e trajetória educativa, as bolsas de estudo em todos os níveis de ensino, assim como o acesso a residências estudantis, devem ser promovidos e melhorados. O papel da escola e do estudante ativo na aprendizagem ao longo da vida deve ser fomentado, ao invés da escola ser disseminada como um pré-mercado (liberal e competitivo) de trabalho. Trabalhar a ambição, derrubar os obstáculos objetivos (socio-económicos) e subjetivos (valorização da aprendizagem e do efeito escola) devem ser prioridades.

direitos laborais: conhecer para obter?

os jovens trabalhadores são desproporcionalmente submetidos a um leque variado de vínculos precários com o mercado de trabalho, quando comparados com outros grupos etários. Apesar das profissões qualificadas exercidas pela maioria dos inquiridos que trabalham, este é também o caso. Têm ocupações ou profissões que não são as que pretendem manter conforme as exercem, e não pretendem necessariamente e de forma generalizada montar um negócio próprio. Apesar disto, a auto-percepção da sua situação precarizada é relativamente baixa e deverá ser combatida com informação - legal e ética - sobre trabalho digno e direitos laborais.

adiamento involuntário

Os dados são mais uma vez claros. A saída comparativamente tardia de casa dos pais em Portugal não é voluntária. É o resultado da dependência dos rendimentos (que são baixos) e estabilidade tardiamente obtida no mercado de trabalho, e pela ausência de conciliação om lacunas de habitações acessíveis — por via de arrendamento ou compra. Mesmo para os que saem de casa, as condições de habitabilidade são claramente menos satisfatórias. A relação entre autonomia habitacional e as condições de habitabilidade é inversa.

a saúde toda, mesmo a que não se vê

A saúde mental dos indivíduos nem sempre acompanha a saúde física. Os jovens não escapam a esta falta de equivalência, não obstante os níveis de saúde física serem mais elevados nesta camada etária do que nas mais velhas. A experiência de bullying, e os impactos da pandemia, reforçam a importância de dedicar especial e longitudinal atenção à saúde mental juvenil.

ainda o género, já!

As desigualdades de género, mesmo numa amostra relativamente homogénea como esta, ainda são muito marcadas: ao nível das expectativas escolares, ao nível da experiência de bullying, ao nível do bemestar, das diferenças salariais, entre outros factores. Dada a elevadíssima importância dada à igualdade de oportunidades e não discriminação, é ainda, e já, o momento para abordar a igualdade de género ao nível das práticas e valores, entre os mais jovens e em ambiente escolar. As desigualdades de género são multi-sectoriais e deverão ser saradas a partir da que representa o denominador comum da condição juvenil: a escola.

o Estado da minha vida

A normalização da precariedade e da falta de satisfação com a vida é muitas vezes acompanhada pela auto-responsabilização individual. Os jovens não deverão, contudo, carregar nos seus ombros a responsabilidade única das suas condições de vida. Isso conduzirá à falta de engajamento na sociedade, numa sociedade melhor, e numa vida melhor. Os seus direitos humanos, e os direitos dos jovens consagrados na constituição, deverão ser conhecidos e devidamente incorporados.

o futuro com os dois olhos abertos

As políticas de juventude deverão ter dois propósitos: resolver problemas a que os jovens estão sujeitos ou particularmente sujeitos, em tempo real e útil, mas também uma visão que transcenda o quotidiano e imediato. Os resultados deste pequeno inquérito mostram que os jovens portugueses vivem a sua vida nestes dois "tempos", o virado para si e os seus problemas reais e comuns (trabalho, saúde, escola, habitação), e o virado para o futuro, um futuro melhor para si e para os jovens de forma global e os próximos jovens. O PNJ de 2022 deverá fazer co-existir estas visões e urgências

de multi a inter-sectorial

Num segundo Plano Nacional de Juventude, o desafio já não é engajar os sectores e áreas governativas, não é colecionar medidas avulso, não é marcar a presença da juventude nos sectores. De plano multi-sectorial dever-se-á passar a um plano inter-sectorial, intergrado, onde a combinação das várias medidas apresente uma consistência e visão global. E num plano que se centre nos jovens e que chegue a eles.

1. INTRODUÇÃO

Sendo um período extremamente complexo na vida das pessoas jovens - num curto espaço de tempo terminam, interrompem ou abandonam a escola, tentam ou conseguem inserir-se no mercado de trabalho, tentam ou conseguem sair de casa, poderão formar uma família -, é, também, um período potencialmente rico para o país na medida em que as pessoas jovens podem, devem e, de facto, contribuem para a inclusão e coesão social, democracia, sustentabilidade e desenvolvimento económico e social do mesmo. Assim sendo, todo o país beneficia direta e indiretamente de um Plano Nacional para a Juventude, mesmo que, aparentemente, seja apenas dele destinatária a população jovem.

Plano Nacional de Juventude, 2018

Este relatório de análise de dados do questionário aplicado a jovens residentes em Portugal e/ou Portugueses pretende ser um apoio científico e empírico ao desenvolvimento do segundo Plano Nacional de Juventude. Esta análise de dados baseiase numa perspetiva da sociologia da juventude, portanto crítica de leituras imediatas ou populares daquilo que é ou deve ser a juventude. Pretende sinalizar os aspetos mais problemáticos ou potencialmente complexos a que os jovens, a partir dos dados, parecem estar sujeitos, bem como apontar possíveis abordagens ou direções no desenvolvimento de programas, políticas ou ações que possam colmatar, prevenir ou atenuar essas mesmas potenciais contrariedades na transição para a vida adulta e no acesso aos direitos humanos, gerais e específicos à condição juvenil.

Este relatório começa por apresentar o contexto e abordagem do desenvolvimento deste II Plano Nacional de Juventude, associado desde logo ao conhecimento e participação dos jovens do e no Plano, do e no sector, das e nas políticas. De seguida, e antes mesmo que os resultados mais sectoriais do questionário sejam apresentados e discutidos, o próprio questionário, os temas abordados, as questões colocadas, e o leque de respostas possíveis, são apresentados naquilo que pretende ser uma resposta digna, de boa prática científica, e eticamente correta da mudança social, das pertenças identitárias, e das posicionalidades sociais dos jovens, suas famílias, e dos seus contextos e condições de vida.

Embora as políticas sejam, elas mesmas multi e inter-sectoriais, a análise dos dados nesta fase ganha bastante em ser sectorial. Nesta primeira parte do relatório vemos os jovens "por fora", atendendo às suas condições, experiências e expectativas de vida no que se refere a três das principais esferas de vida (juvenil e adulta); escola e educação; trabalho e emprego; habitação e independência. São pilares fundamentais das políticas públicas juvenis, às quais de deverá juntar a saúde. Esta, associada ao bem-estar e às visões de futuro, que constam da secção seguinte, onde os jovens são vistos "por dentro", nos seus sentimentos subjetivos, nas suas expectativas, prioridades e visões do mundo. Este questionário e este plano também têm a particularidade de terem sido pensados e operacionalizados durante uma pandemia. Por esse motivo, os efeitos e as

consequências da pandemia surgem também como um dos eixos de inquirição e de análise.

Esta análise de dados pretende ser um contributo construtivo não apenas a curto prazo, para este Plano Nacional de Juventude, para a mais longo prazo, sobre as questões que devem ser colocadas aos jovens e a forma como as respostas devem ser "ouvidas", tratadas e analisadas. Auscultar os jovens comuns não é aceitar encomendas de serviços e equipamentos. Permitir a "participação" dos jovens comuns passa, sim, por permitir que as suas vidas anónimas, as suas trajetórias e experiências reais, e as suas visões do mundo, se juntem a de outros (que já normalmente são ouvidos e participam) e que possam, coletivamente, dar voz à unidade e à diversidade da sua - geracional e historicamente circunscrita - condição juvenil. Tentamos, por isso, contar e (fazer) imaginar breves histórias a partir dos dados estatísticos, ao invés de apresentar uma lista de afazeres de políticas juvenis, ou um esforço de fazer equivaler ou de traduzir os jovens nos dizem e contam pelo léxico do sector. Assim sendo, é sobre este retrato de vidas passadas e presentes concretas e o mundo futuro idealizado e priorizados, que o sector e o PNJ deve "caber". Não o avesso.

2. O 2º PLANO NACIONAL DA JUVENTUDE

Youth policy exists in all countries to some degree or another, though it is often not explicit or coherent. Every country has a youth policy — by design, default or neglect.

Williamson, Fras and Lavchyan (2021: 15)

Política e Plano de Juventude

A Política de Juventude em Portugal está longe de existir por defeito ou por negligência. Mesmo antes do primeiro Plano Nacional de Juventude, desenhado entre 2017 e 2018, tendo sido publicada em 2018 a Resolução do Conselho de Ministros n.º 114A/2018 (aprovado a 4 de setembro), e mesmo antes da sua primeira tentativa de desenho e implementação em 2009, a constituição Portuguesa tem no seu artigo 70, desde 1976, no capítulo sobre Direitos e Deveres Sociais, o reconhecimento dos jovens como uma camada populacional a quem devem ser atribuídos e sublinhados direitos e deveres específicos.

- 1. Os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:
- a) No ensino, na formação profissional e na cultura;
- b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;
- c) No acesso à habitação;
- d) Na educação física e no desporto;
- e) No aproveitamento dos tempos livres.
- 2. A política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.
- 3. O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as coletividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objetivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.

A existência de um quadro legal desta natureza é um marco e um cenário relevante para o reconhecimento das especificidades e potencialidades da condição juvenil, mas não se traduz automaticamente em impacto significativo na vida dos jovens. Um passo na aproximação daquilo que é o enquadramento legal e normativo das políticas de juventude, é o desenho de um Plano Nacional, intersectorial, de Juventude. Evidentemente que o mero desenho e, no caso, publicação do mesmo em conselho de ministros, não assegura por si só o tal desejado impacto na vida dos jovens. Mas este segundo grande passo, o da publicação (e depois implementação e monitorização) do Plano Nacional de Juventude é e foi necessário e veio operacionalizar a "coordenação intersectorial da política de juventude em Portugal." "O compromisso foi assumido pelo XXI Governo Constitucional numa perspetiva transversal das políticas públicas de

juventude, ao apresentar medidas setoriais, nomeadamente, em relação à Educação, Emprego e ao Empreendedorismo, Habitação, Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Governança e Participação e Igualdade e Inclusão Social. Integram, ainda, o PNJ outras áreas relevantes, como sejam Administração Interna, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Cultura, Defesa, Desporto, Justiça e Mar" (IPDJ, site oficial).

Em 2017, o país encontrava-se na trajetória de recuperação económica e de otimismo. A postura legal era a de regularizar as situações precárias (através do PREVPAP e da visibilidade pública que a precariedade – que afeta desproporcionalmente os jovens conquistou) e de facilitar o regresso dos jovens que tivessem emigrado durante a última crise financeira. Tal fez-se em paralelo com políticas europeias como a da Garantia Jovem e outras políticas europeias que tinham em Portugal um propósito no combate às desigualdades na condição juvenil. A popularidade dos jovens não sofria nenhuma crise de opinião pública. O *momentum* era o de envolver e responsabilizar os restantes sectores para o Plano Nacional de Juventude. A missão do I PNJ foi de tentativa de mainstream da juventude nos vários sectores governativos (sentirem-se responsáveis e responsabilizados pela juventude, alocar recursos humanos e financeiros à juventude). Tomaram-se os primeiros passos na construção de um "instrumento político de coordenação intersectorial da política de juventude em Portugal", com base das várias componentes que, segundo Williamson, deverão caracterizar uma eficiente política de juventude: "coverage, capacity, competence, co-operation, cost" (Williamson, Fras e Lavchyan, 2021:20). Com a mudança da Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude para o Ministério da Educação, foi possível uma conversa "entre pares" com outros Ministérios e Secretarias de Estado. No primeiro Plano Nacional de Juventude pretendeuse responder às exigências para a qualidade das Políticas de Juventude (Burrowes et al., 2016), nomeadamente: Política de Juventude Multinível (isto é, capaz de para responder aos objetivos coordenar diferentes níveis de governação, sendo que os próprios objetivos respeitam e dão resposta à diversidade social do território em causa); Política de Juventude Estratégica (isto é, capaz de ser abrangente e inclusiva, mas não abstrata. As suas medidas deverão ser mensuráveis, finitas, e contar com recursos específicos e apropriados); Disponibilidade de recursos próprios para a execução do plano, financeiros e humanos; Compromisso e responsabilização política.



Num segundo momento, o Plano Nacional de Juventude deverá cumprir o amadurecimento da colaboração, com um maior aperfeiçoamento das políticas sugeridas, uma mais eficiente alocação de recursos humanos e financeiros ao PNJ, um ajuste às considerações efetuadas pela Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Juventude. O Plano Nacional de Juventude cresceu. Tendo chegado à sua própria idade jovem, deverá mostrar agora a inovação mas responsabilidade própria de continuar um percurso no sentido de normalizar a presença da juventude em todos os sectores da sociedade e governativos. Um particular indicador deste amadurecimento poderá mesmo ser a interdependência entre outros planos e iniciativas nacionais como o de recuperação e resiliência, mas também o da saúde mental, as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, leitura, saúde, entre outros.

Figura 2.1: Objectivos e abordagens dos Planos Nacionais de Juventude



Neste segundo *momentum*, o contexto nacional é radicalmente diferente daquele em 2017. O país encontra-se a viver, bem como o mundo, uma crise pandémica que terá criado e exacerbado problemas sociais que afetam os jovens, muitos deles desproporcionalmente. Em pleno desenho do Plano Nacional de Juventude, o país encontra-se agora a enfrentar uma crise política. De uma forma mais generalizada, o país sofre ameaças anti-democráticas para as quais os jovens, a literacia científica e o sentido crítico constituem o melhor antídoto. Os jovens foram e são particularmente afetados pela pandemia nas suas sociabilidades, lazeres, saúde mental, contextos escolares e laborais, sendo que a sua popularidade e dos seus eventuais comportamentos de risco decresce por conta da perceção dos seus comportamentos em momentos de desconfinamento. É um momento global e nacional demasiado sensível, por um lado,

mas demasiado único, por outro, para se dever ponderar não prosseguir com um Plano Nacional de Juventude apenas assente na lógica da continuidade. As emergências pandémicas vieram descontinuar os processos de transição para a vida adulta. Este contexto poderá ser uma oportunidade para uma tomada de posição e agenda mais arrojada com objetivos e missões transversais aos vários sectores (ainda que co-existam com medidas mais sectoriais) como por exemplo: Valores democráticos, Liberdades identitárias, Desigualdades sociais e Trabalho Digno, por exemplo. Esta trata-se de uma decisão político-ideológica. E não científico-analítica.



Conhecimento, engajamento e visão para o PNJ

"Se uma árvore cai na floresta e ninguém está perto para ouvir ou ver, será que a árvore caiu mesmo?"

George Berkeley (1710)

Há todo um esforço em engajar, desenhar, publicar, implementar, monitorizar, melhorar e repetir o ciclo de uma política de juventude. Envolve vontade e competência política, dados, factos e interpretação científica, tempo e recursos técnicos. Mas se não chegar ao conhecimento dos jovens, seja no formato de Plano de Juventude, seja no formato de políticas ou programas para a juventude, será que existiu mesmo?

Para melhor entender a visão e as prioridades que os jovens atribuem aos vários temas, problemas, sectores e esferas de vida, e que devem ser integradas no Plano Nacional de Juventude, é necessário perceber qual o conhecimento que têm do sector, do Plano e das medidas e qual o envolvimento que têm no e para o sector da Juventude. O nível de desconhecimento do I Plano Nacional de Juventude é muito grande, com cerca de ¾ dos inquiridos a não conhecer de todo ou praticamente. É certo que muitos destes jovens são tão novos que não teriam sido incluídos, etariamente, no primeiro PNJ. De fato, quando cruzamos com os escalões etários, verificamos que cerca de 24% dos jovens até aos 17 anos declaram conhecer razoavelmente, bem ou muito bem o Plano Nacional para a Juventude, enquanto para os que têm mais de 22 anos essa percentagem é de 28 a 29%. No entanto, estas diferenças entre idades não são muito expressivas. Ainda assim,

e mesmo tendo em conta as justificações etárias, é muito elevado o grau de desconhecimento da mera existência de um PNJ. Tal tem consequências, no nosso entender, a três níveis:



- Macro e de legitimidade: os jovens não terão noção que o Estado Português certifica com as suas políticas, preocupações e colaborações interministeriais uma ação concertada com vista a legitimar a condição juvenil como um momento de vida potencial e simultaneamente frágil, ao qual especial atenção deve ser dada.
- Meso e de direitos: os jovens não terão igualmente noção que os seus direitos como jovens se encontram inscritos na constituição e que, mais do que isso, que as políticas de juventude de uma forma geral assentam nos direitos humanos e que deve ser essa a abordagem usada pelos e para os jovens na luta por uma sociedade mais justa e por igualdade de oportunidades.
- Micro e de acesso a políticas: muito possivelmente, ao desconhecerem o chapéu das políticas de juventude, desconhecerão o leque mais abrangente das mesmas para terem acesso avulso e por terceiros a determinadas políticas de juventude às quais poderão aceder sem serem as mais adequadas.

Dar acesso a informação sobre a mera existência do Plano de Juventude é empoderar os jovens, é facilitar o acesso às políticas existentes e dar a segurança de que a combinação das diferentes dificuldades de vida que cada indivíduo tem ou sente na sua transição para a vida adulta, e que a ele/ela lhe parece única e singular, é alvo também ela de uma ou conjugação de políticas integradas para a juventude.

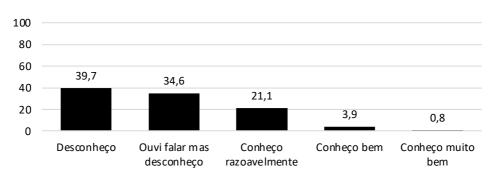


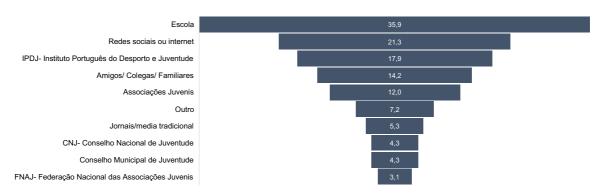
Figura 2.2: Grau de conhecimento do Plano Nacional de Juventude (%)

Os canais para a informação devem ser diversificados, nem unicamente digitais, nem unicamente tradicionais, nem apenas nos canais juvenis, nem infantilizados. Pela análise

das fontes de informação, observamos, contudo, a desproporcional eficácia da escola enquanto meio de informação sobre Plano Nacional de Juventude. As comunidades escolares, ainda para mais sendo a Secretaria de Estado para o Desporto e Juventude na Tutela, abarcam este potencial de chegarem, cedo e de forma universal e continuada no tempo, aos jovens. Mas não deve ser a única fonte de informação. O mais baixo investimento feito nos meios de comunicação tradicionais terá prejudicado o acesso do jovem comum ao PNJ. Publicidade institucional na TV, rádio e jornais, outdoors urbanos, e colaboração mais estreita com a FNAJ e com o CNJ são necessários.



Figura 2.3: Fontes de Conhecimento do I Plano Nacional de Juventude (%)



De facto, quase 80% dos inquiridos não considera conhecer nenhuma medida do PNJ que tenha tido impacto na vida dos jovens, sendo a distribuição pelo conhecimento com impacto pequeno, médio ou grande distribuído de forma relativamente equilibrada. Ainda assim percebermos que os que mais conhecem políticas com algum tipo de impacto na vida dos jovens são mais os jovens autónomos, e ainda mais os precários em transição (24,9% e 26,2%, respetivamente, conhece alguma medida com algum impacto, ao contrário dos 20,2% dos estudantes em família). Cruzando com o sexo e com os territórios de baixa densidade, as diferenças percentuais são muito pequenas.

De certa forma, e também como consequência da falta de informação, o usufruto das várias medidas e programas do PNJ está muito aquém do potencial. O cartão jovem é o que mais é usado. A criação de uma base de dados , usada de forma maximizada, por via deste cartão, deveria ser rentabilizada, respeitando evidentemente o GDPR.



Figura 2.4: Conhecimento de medida/s que tenha/m impactado vida dos jovens (nos últimos 4 anos) (%)

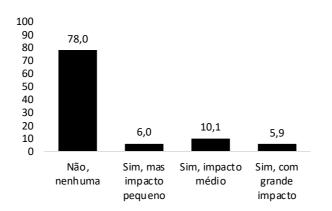
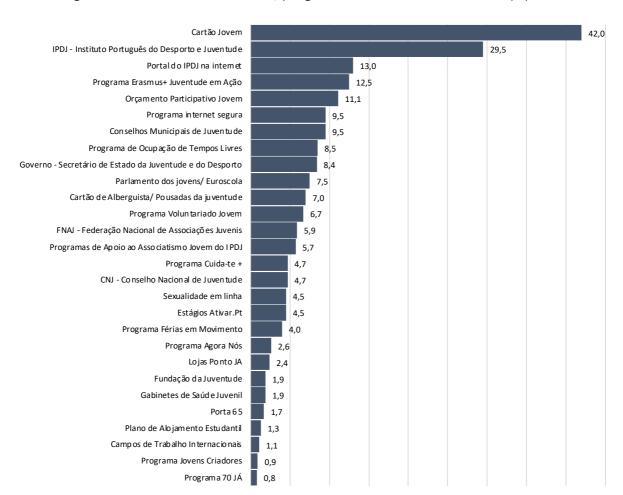


Figura 2.5: Usufruto das medidas, programas ou estruturas do sector (%)

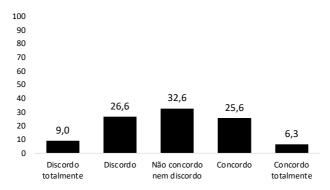


Apenas cerca de $^{1}/_{3}$ dos jovens consideram que são habitualmente consultados para a formulação de políticas de Juventude. Esta hiato entre o sector da juventude, o Plano da Juventude, e os próprios jovens não pode ser artificialmente trabalhado aquando da

auscultação ou preparação do PNJ. É um investimento continuado no tempo, de criação de pontes entre o sector e os jovens, investimento esse que é o próprio sector, e não os jovens, que deverá fazer. Estas pontes deverão ser, mutuamente inclusivas, de nível nacional, municipal e comunitário (local). Os restantes inquiridos, apesar de estarem a responder a um questionário precisamente para esse efeito, ou não têm uma opinião formada ou chegam mesmo a discordar de considerarem estarem a ser consultados para o efeito de construção de políticas públicas.



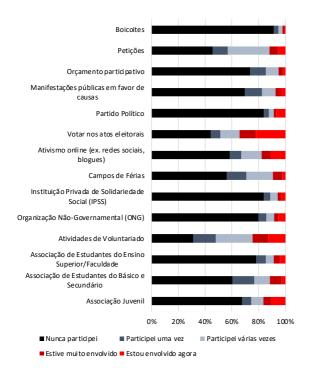
Figura 2.6: Grau de concordância com a frase: "A perceção e opinião dos/as jovens são consultadas e tidas em conta para a formulação de políticas públicas de Juventude" (%)



A ideia de assinar petições e de exercer "ativismo online" sem uma base de informação e conhecimento fidedigna, isso sim, pode ser muito preocupante, sobretudo se tender a substituir formas mais tradicionais mas mais consequentes, formais e coletivas, de participação, como votar nos representantes políticos, determinando não avulso mas de forma consistente o rumo político da sociedade Portuguesa.



Figura 2.7: Níveis e formas de participação juvenil (%)

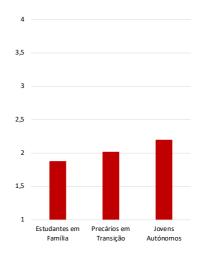


Não fosse pela possibilidade de ser por falta de informação e conhecimento, os resultados desta figura não seriam problemáticos. De facto, o nível de participação cívica e política é baixo em toda a população Portuguesa, e é mais baixo nas camadas mais jovens, não exclusivamente em Portugal. Por outro lado, cada indivíduo tem modos preferenciais para essa mesma participação, não sendo, portanto, previsível que que os jovens, ainda para mais tão jovens como estes inquiridos, exerçam, e em níveis elevados, todas estas formas de participação.

Para terminar, é de referir que o nível médio de participação apresenta uma tendência crescente com a idade e o processo de autonomização e de transição para a vida adulta que lhe está subjacente. Se o processo de participação em si sofre um efeito positivo com o curso de vida, e se não se pretende que a participação se faça sem uma base informativa, ideológica, e com valores sociais associados, um Plano Nacional de Juventude deverá então apostar na diversificação das formas de participação política e, sobretudo, na literacia mediática e política dos jovens, como verdadeiro antídoto para as derivas anti-democráticas.



Figura 2.8: Índice de participação por fase de vida (Escala 1= Nunca participei a 5= Estou agora envolvido)

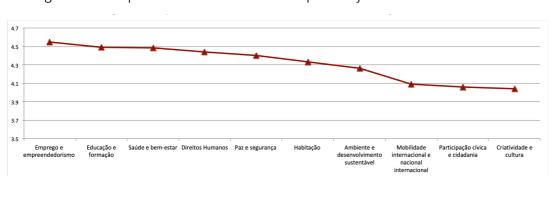


É neste contexto de conhecimento do sector e do PNJ, e de participação, que os jovens inquiridos opinaram sobre as prioridades que querem ver respeitadas no PNJ. A comparação da importância média atribuída a cada um destes temas e áreas governativas em 2017 aquando do I PNJ e agora em 2021 aquando do II PNJ leva-nos a confirmar que apesar de mudança social nos parecer vertiginosa, ela é lenta. A análise de dados ao longo do tempo leva-nos, como agora, a verificar que as alterações dos valores e prioridades sociais, em populações com determinadas e partilhadas características (neste caso sobretudo etárias) são pouco expressivas. No contexto de elevada importância atribuída a todos os aspetos, podemos, no entanto, apontar sobretudo duas alterações importantes entre 2017 e 2021. Uma é a de que quando se separa "emprego" de "empreendedorismo" se verifica claramente a despromoção/ des-priorização do "empreendedorismo", que passa a uma posição muito mais irrelevante. Este não é tanto um resultado de mudança social, mas o resultado de um enviesamento metodológico e, mais grave, político, que advém da junção de emprego com o empreendedorismo. São fenómenos diferentes, dirigidos a públicos juvenis diferentes, e a políticas ideologicamente distintas. E por fim, são efetivamente priorizados de forma díspar pelos inquiridos. Não devem, por todos estes motivos, ser aglomerados num mesmo conceito, política ou objetivo. A segunda alteração é de elevada relevância. A par das prioridades mundanas, típicas da transição e manutenção da vida adulta (educação, trabalho, saúde,

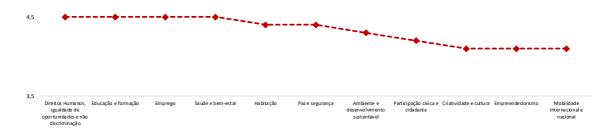




habitação), os direitos humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação constituem a área à qual é atribuída a mais elevada importância. Os jovens estão, aparentemente, mais conscientes sobre problemas globais que afetam a população não apenas jovem mas de outras faixas etárias, não apenas consigo mas com uma ideia mais geral de igualdade e não discriminação. Poder-se-á dizer que os jovens se mostram e expressam preocupados com aquilo que se constitui como a essência das políticas de juventude, sobretudo como concebidas pelo Conselho da Europa: estado de direito, democracia, direitos humanos.



Figuras 2.9: Importância médias das áreas para os jovens em 2017 e em 2021

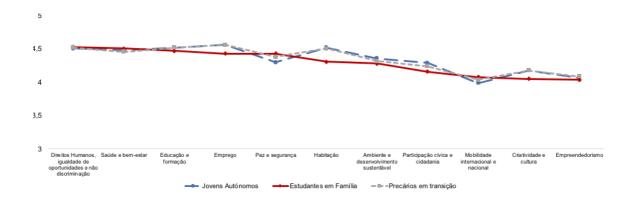


Verificamos ainda que apesar destas prioridades globais com o rumo da juventude e das sociedades onde vivem e viverão, algumas preocupações são menos prementes em jovens mais novos, estudantes, que não trabalham e que vivem em casa do agregado de origem. É o caso do emprego e habitação, por um lado, denunciando que ainda têm ou se veem a ter num futuro próximo autonomia a esses níveis ou que ainda são preocupações distantes, e o caso do ambiente e da participação, por outro, revelando o trabalho de amadurecimento de valores e práticas sociais que, evidentemente, sofre o

efeito da idade e da passagem pela vida e por um número mais alargado de experiências e de conhecimento global.



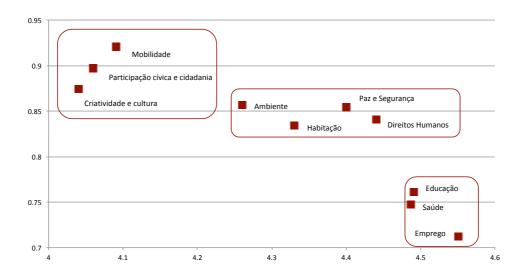
Figuras 2.10: Importâncias médias das áreas para os jovens em 2021 por perfil de inquirido

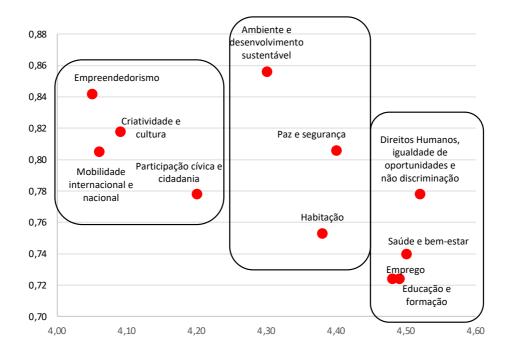


É, no entanto, importante verificar que apesar de em média os jovens colocarem os direitos humanos, igualdade de oportunidades, e não discriminação ao nível da importância de sectores como a educação, o trabalho e a saúde, o consenso em torno desta elevada média é mais baixo. Assim sendo, poderá ser uma temática que ainda merece maior discussão, consciencialização e informação. A disciplina de educação cívica, independentemente das pressões mediáticas e esporádicas para que seja desprovida de supostas polémicas ou sensibilidades, deve ser usada para estimular o sentido crítico face às múltiplas desigualdades e injustiças globais, nacionais e interpessoais. É nestes espaços comuns e universais, onde educação formal e não formal se encontram, que o trabalho pelo reconhecimento da importância dos direitos humanos se provará mais eficaz.



Figura 2.11: Importância das áreas para a Juventude em 2017 e em 2021 (média e desvio padrão)





3. O QUESTIONÁRIO

I have learned you are never too small to make a difference.

Greta Thunberg

Responder a um questionário é coisa comum nos dias de hoje. Monitoriza-se a tendência de voto e a popularidade dos líderes políticos. Questionam-se os indivíduos sobre assuntos da ordem do dia, de variável importância e complexidade. As mais variadas redes sociais também acabam por recolher de forma imediata e dinâmica, mas não posta sob análise objetiva e externa, opiniões e comentários sobre os temas atuais ou virais sobre muitas vezes a "espuma dos dias". Passa-se da dita sociedade das entrevistas (Atkinson e Silverman, 1997), à sociedade dos inquéritos e das sondagens, que por sua vez coexiste com o que poderia ser chamada atualmente de sociedade das opiniões. Mas, no entanto, nem os objetivos de quem inquire (nas entrevistas ou nos inquéritos), nem os comentários livres de quem os profere (nas redes sociais ou outras formas de participação menos estruturada e/ou mais digital e anónima), devem marcar, poder marcar, isoladamente ou mesmo de todo, a agenda política, pública, social ou, face a todas elas, a agenda juvenil. O sector da juventude tem, por isso, um compromisso, formal e informal, diferente: o de auscultar, ouvir, dar voz à juventude sobre os processos que lhe dizem diretamente e indiretamente respeito. A "opinião pública não existe" (Bourdieu, 1973). Mas existem experiências de vida, dificuldades sentidas, sentimentos, expectativas, desigualdades. Para serem identificados e confrontados com as políticas e estruturas existentes e por construir, é necessário perguntar aos próprios.

O questionário cujos resultados se analisam aqui é o resultado deste compromisso. Antes da sua apresentação, algumas considerações são necessárias. Primeiro, relacionadas com a expressão numérica das respostas. Este questionário não é necessariamente o mais robusto do ponto de vista estatístico, não tem a sua representatividade social e territorial garantida, nem tão pouco baseia a sua análise num número enorme de respostas. Não pretende por isso ser o "maior" questionário submetido a esta população. Segundo, relacionadas com o aprofundamento temático. Tratando-se de um questionário preenchido online, durante uma pandemia, de forma voluntária e não estruturada, e com pretensões de multisectorialidade, não era possível ou desejável aprofundar determinados temas em detrimento (porque de facto teria que ser em detrimento) de outros. Pretendeu-se uma abordagem inclusiva e de mapeamento. Outros questionários contemporâneos ao que aqui se analisa hoje terão certamente respondido a esta ambição da exaustividade e do aprofundamento, de forma mais eficiente (Gulbenkian ou Fundação Francisco Manuel dos Santos). O terceiro e

último esclarecimento está relacionado com o termo "auscultação" no sector da juventude. O significado deste conceito, de certa forma, normalizou-se no sector. É muitas vezes entendido, sobretudo por jovens que pelas funções que exercem no sector estão mais familiarizados com os processos de decisão política que envolvem a camada juvenil da população- Conselho Nacional de Juventude ou Federação Nacional das Associações Juvenis, por exemplo - como um *ponto final* no desenho ou aprovação de uma política de juventude, plano nacional, municipal ou local de Juventude. Este *ponto final* faz-se regularmente indicando se o conteúdo desses documentos vai *ao encontro* ou *de encontro* às suas expectativas enquanto jovens, e enquanto indivíduos que representam os jovens dentro da estrutura do sector. Este questionário segue, no entanto, uma abordagem mais fiel e abrangente ao conceito original de auscultação, como se seguida se apresentará.

O questionário e o PNJ

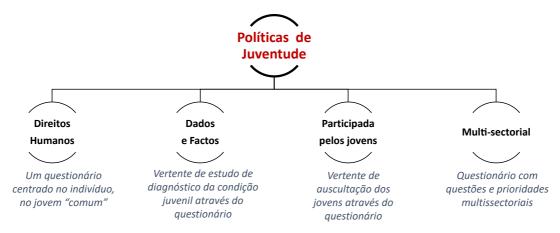
O questionário que de seguida se apresenta, segue 4 principais abordagens. Uma é baseada nos direitos humanos (dos jovens). As questões colocadas, e em alguns casos até a forma como foram colocadas, procuraram respeitar de forma absoluta os melhores padrões estabelecidos internacionalmente para os direitos humanos, de igualdade, e de não discriminação. Em algumas questões interrogámos até a forma como o leque de respostas possíveis poderia ser pedagógico, informativo e formativo neste mesmo sentido, fugindo a perguntas que, pela sua formulação, pudessem estimular valores discriminatórios ou intolerantes, ora face a jovens com características ou condições de vida diferentes do inquirido, ora face à mudança social que vai no sentido da igualdade de direitos para tod@s @s jovens. Na Constituição Portuguesa, os direitos dos jovens estão consagrados no artigo 70. A participação, o desporto, a igualdade, a saúde, a cultura, o trabalho digno e a habitação são alguns dos temas que dele constam, bem como, em reflexo disso, no questionário aqui apresentado.

Uma outra abordagem é baseada nos dados e nos factos. A ideia de política (de Juventude) baseada em dados, factos, conhecimento (émico ou científico, na primeira ou na terceira pessoa) e não nos "factos" baseados em política é fundamental ao setor da Juventude. Necessariamente aliado ao princípio enunciado de seguida, o da participação, esta abordagem, que desde logo justifica a mera existência de um questionário de inquirição aos próprios jovens, combina os resultados deste mesmo questionário com dados recolhidos por fontes estatísticas oficiais ou fruto de trabalho científico reconhecido. A seleção e formulação perguntas colocadas neste questionário, no que se refere sobretudo às questões de "diagnóstico", basearam-se num conhecimento prévio do que poderão ser os problemas setoriais e temáticos sentidos pela camada mais jovem da população, mas também numa identificação de alguns novos, diferentes, mais graves ou emergentes, que os jovens possam querer identificar e apontar.

Uma terceira abordagem é aquela que é participada pelos próprios jovens. A ideia de ter jovens, seus porta-vozes, suas organizações, seus representantes, com especial atenção aos jovens que tendencialmente se encontram mais excluídos destes processos, é uma obrigatoriedade e uma boa prática da formulação, implementação e avaliação de políticas de Juventude. "A auscultação de jovens para a segunda edição do Plano Nacional para a Juventude (PNJ) envolve a realização de seminários, a aplicação de um questionário online e a criação de um painel de jovens de todo o país. Deste modo, Portugal poderá adequar cada vez mais a sua estratégia para a Juventude." (Site oficial do IPDJ).

Por fim, foi seguida uma abordagem multissetorial das políticas (com ambições de intersetorialidade). A vida dos jovens é intersetorial, porque não haveria a política de juventude se o ser? (Nico, 2014) Uma política de juventude deverá conseguir, de forma funcional, estratégica e com recursos humanos e financeiros associados e monitorizados, ser intersetorial. Deverá, assim sendo, conjugar e combinar diferentes setores da sociedade, esferas da vida e áreas de governação (nem sempre coincidentes entre si), bem como temas caros à Juventude como a digitalização ou a participação que são, eles mesmos, conceitos e processos transversais a várias camadas da lida juvenil.

Figura 3.1: Abordagens seguidas para o questionário aos jovens



O questionário alicerça-se em três eixos (não distribuídos de forma mutuamente exclusiva pelos vários temas). Um deles, muito importante, é o que garante uma certa comparabilidade das respostas com o questionário de 2017, e até o conhecimento do ainda vigente Plano Nacional de Juventude como forma de melhorar o seguinte. Embora não se trate de um questionário longitudinal (as pessoas inquiridas são diferentes), nem se pretende aqui uma total comparabilidade que inibe a correção de problemas na inquirição e a atualização e inovação de perguntas colocadas, algumas questões ao manterem-se garantem a monitorização das tendências de algumas mudanças sociais e prioridades mais vastas:

- Conhecimento do I Plano Nacional de Juventude, através das seguintes questões: "Indica-nos o teu grau de conhecimento sobre o Plano Nacional de Juventude", "De que fontes tiveste conhecimento do Plano Nacional de Juventude";
- Conhecimento de instituições e medidas, através das seguintes questões: "Seleciona quais as organizações, iniciativas, projetos e programas que conheces no sector da Juventude, existentes em Portugal", "Conheces alguma medida direcionada aos jovens nos últimos 4 anos que, na tua opinião, tenha tido impacto nas condições de vida dos jovens?", "Qual ou quais foram essas medidas?";
- Participação e voz dos jovens, através das seguintes questões: "Conta-nos um pouco sobre o teu envolvimento em atividades de cidadania e participação, formais ou não formais, em associações, organizações diversas, ou em projetos e iniciativas pontuais (vários exemplos), "Qual o teu grau de concordância com a seguinte frase: A perceção e

opinião dos jovens são consultadas e tidas em conta para a formulação de políticas públicas de Juventude";

- (e, principalmente) Áreas prioritárias para as políticas de juventude, através das seguintes questões: "Quais as áreas que consideras mais importantes para a vida das pessoas jovens, no momento presente? (criatividade e cultura, direitos humanos e igualdades, educação e formação, empreendedorismo, emprego, habitação, mobilidade internacional e nacional, participação cívica e cidadania, paz e segurança saúde e bemestar)", "Na tua opinião, que medidas são urgentes adotar na área da juventude?".

Um segundo eixo é o já referido da **auscultação**. Embora no nosso entender o sentido mais lato dessa auscultação suponha o início, e não o fim, de um diagnóstico da diversidade da condição juvenil, uma faceta do questionário respeita a vertente mais tradicional desta abordagem, centrando-se em algumas perguntas mais direcionadas para os serviços e políticas necessárias sobre o futuro. Consideramos estas:

- Bem-estar e saúde física e mental, com as seguintes questões: "Como avalias a tua saúde física?", "Como avalias a tua saúde mental?";
- Satisfação com a vida, com as seguintes questões: "De uma maneira geral, quão satisfeito/a estás com as tuas circunstâncias de vida (escolares, laborais, financeiras, habitacionais, familiares e de saúde)", "Indica, na escala abaixo, a que achas que se deve esse nível de satisfação: (minhas ações vs. circunstâncias/contextos alheios)";
- Impacto da Pandemia: "No âmbito dos confinamentos associados à pandemia da covid19, em geral, em que medida tem sido fácil ou difícil para ti lidares com restrições?", "Em que medida consideras que cada uma das seguintes áreas foi afetada pela pandemia? (percurso educacional, percurso laboral, percurso residencial, saúde física, saúde mental, atividades de lazer, sexualidade, vontade de ter filhos, relações com agregados familiar, relações com familiares, relações com amigos)";
- Expectativas face ao futuro: "Indica o teu nível de preocupação em relação ao futuro, nestes diferentes níveis. (teu, jovens conhecidos, jovens da localidade, jovens em Portugal, jovens na Europa, jovens no mundo)", "Em que áreas te sentes mais preocupado ou preocupada em relação ao teu futuro? (escolaridade, trabalho, financeira, habitacional, familiar, saúde, lazer outras)", "Avalia a tua importância dos seguintes temas para o futuro da juventude? (democracia, autoritarismo, participação

política/ associativismo, Europa, direitos humanos, igualdades e inclusão social, desigualdades de género, liberdades sexuais, pobreza, saúde, educação, migrações, precariedade, económica, clima, pandemias, segurança e paz, demografia e envelhecimento, digitalização)".

Um terceiro eixo baseia-se em questões de caracterização sociodemográfica mais clássica, mas que não deixa de ser essencial para se combater a falsa familiaridade com a condição juvenil que é disseminada nas redes sociais, media ou estudos não científicos. Entre outros aspetos, recolheram-se informações sobre:

- Caracterização social, com questões como: "Qual a tua idade?", "Como te identificas? (identificação de género)", "És detentor de alguma incapacidade ou deficiência?", "Qual a tua Nacionalidade?", "Seleciona todas as situações que se adequam a ti: (perante o trabalho, escola, etc.)"
- Identidades significativas: "Existe outra dimensão da tua identidade que queiras partilhar na tua caracterização? Se sim, indica-nos em breves palavras:"
- Situação escolar, expectativas a obstáculos escolares, com questões como: "Qual o nível de ensino ou ano de escolaridade que já concluíste?", "Encontras-te a estudar?", "Que nível de ensino te encontras a frequentar?", "O grau de escolaridade que concluíste é o que pretendias?", "Qual o grau de escolaridade que pretendes concluir?"
- Situação profissional, com questões como: "Estás a trabalhar?", "No teu trabalho és: (trabalhador por conta de outrem, por conta própria, etc.)", "Em que grupo se enquadra a tua atividade profissional principal?", "Qual a designação da tua atividade profissional?", "Quantas horas trabalhas por semana (número base de horas contratadas por semana sem contar com horas extraordinárias remuneradas ou não remuneradas)?", "Independentemente das horas contratadas, quantas horas trabalhas em média por semana no teu trabalho principal?", "Indica-nos o teu rendimento líquido individual (médio, mensal, em euros) ou seja, o teu rendimento pessoal depois de descontadas todas as taxas e impostos, incluindo benefícios estatais como subsídios", "Quais são os teus projetos profissionais para os próximos três anos? Seleciona a opção que melhor se aplica.", " Qual a tua satisfação com o decorrer do teu trabalho em pandemia";
- Precariedade Laboral: "Assinala o que melhor corresponde à contratualização do teu trabalho atual: (várias opções)", "Pensando na tua atividade profissional atual,

qual atua satisfação com os seguintes aspetos (o trabalho em si/ a valorização profissional e pessoal/ a segurança ou regalias do trabalho/ a remuneração do trabalho/ as relações de trabalho)", " Qual o teu grau de concordância com esta frase: "Sou um/a trabalhador/a precário/a?", "Relativamente às tuas expetativas para daqui a 12 meses, qual a probabilidade, na tua opinião, perder este teu trabalho por seres demitido/a, dispensado/a ou por não teres o teu contrato renovado?";

- Voluntariado: "Participas em ações de voluntariado?";
- Bullying: "Já foste agredido ou sofreste de *bullying* fisicamente, verbalmente ou via online?", "Se sim, de que forma? (agressão física, agressão verbal, *cyberbulling*, *cyberstalking*, discurso de ódio)";
- Situação e expectativas habitacionais: "Com quem vives habitualmente?", "Tens filhos?", "Se respondeste Não, e os motivos não dependem da tua vontade, são de que ordem?", "Quantas pessoas são no agregado doméstico?", "Vives em casa do agregado por opção própria, isto é, porque é a situação que preferes?", "Porque não saíste da casa dos teus pais?", "Onde resides habitualmente (isto é, a maior parte do tempo)? (região, distrito, conselho)", "Como classificas as condições da casa onde vives, tendo em conta as características da habitação e o total de pessoas que aí mora?".

Pretendeu-se, com estes eixos, dimensões e perguntas colocadas aos jovens, que este fosse um questionário:

Empático: que fizesse perguntas para jovens comuns sobre os seus problemas reais, que não funcionasse numa lógica de encomenda hierarquizada de serviços e equipamentos expostos numa linguagem 'do sector para o sector', mas antes 'para os jovens'; numa lógica de putativo referendo sobre a importância de certas políticas, ou mesmo numa lógica de 'orçamento participativo', petição, ou de 'políticas públicas por pedido'. Na senda daquilo que Giddens (1989, 19) chama de monitorização reflexiva da atividade social, em que os indivíduos são capazes de explicar o porquê das suas ações e quotidiano, fizemos perguntas reais a jovens comuns.

Pedagógico: que fizesse perguntas sobre temas centrais para a juventude para além dos óbvios do sector (participação, educação não formal, etc.), mas que apontasse luz para problemas a que são sujeitos no dia a dia e que não devem normalizar, como é

o caso da precariedade laboral. Fazer perguntas sobre estes temas é mais do que pedir respostas, é também <u>convidar à reflexão sobre esses temas</u>.

Progressista: que fizesse perguntas e sobretudo providenciasse respostas ou espaços de resposta que abrissem o leque de possibilidades de pertença. Fechar precocemente os jovens em categorias formais de resposta, sem dar oportunidade que indiquem outras identidades e aspetos que consideram importantes na sua vida, é negar à partida a legitimidade dessa pertença. A pergunta sobre identificação de género, ou a pergunta sobre outros aspetos da identidade que consideram importante para se caracterizarem são disso mesmo exemplo. Abrir esse leque de respostas é dar <u>liberdade</u> de expressão.

Estes eixos não organizam a apresentação dos dados, sendo estes organizados de forma mais sectorial, por agora. Depois de construído e validado, o questionário foi disponibilizado online a 29 de Julho, tendo terminado a 8 de Outubro de 2021. A disseminação do questionário contemplou uma estratégia multicanal, tendo sido dirigida às tecnologias de comunicação digital. Tendo em vista a resposta ao questionário destacam-se ainda algumas ações realizadas:

- Canais de comunicação digitais: Conceção e divulgação de conteúdos e inserções em redes de comunicação próprias (Portal da Juventude em www.juventude.gov.pt, Newsletter IPDJ,I.P., Redes Sociais do IPDJ,I.P.);
- Ações de info-email que permitiram assegurar o reforço de comunicação com os principais agentes do setor da juventude e entidades públicas parceiras;
- Divulgação em eventos nacionais, regionais e locais;
- Divulgação mediática nos órgãos de comunicação social, nomeadamente
 Fórum Estudante;
- Criação de equipa de voluntários por região, para dinamização da adesão ao
 Questionário.

Os inquiridos

Responderam ao questionário 2499 jovens. Falamos daqui em diante de jovens na sua esmagadora maioria Portugueses (embora ainda 4% dos inquiridos tenham nacionalidade não Portuguesa ou não apenas Portuguesa) e de uma amostra algo desequilibrada entre homens e mulheres, com 60% dos inquiridos mulheres. De referir que apesar de percentualmente residuais, é "expressiva" a percentagem de jovens que não se identificam com o sistema binário de género. Embora do ponto de vista estatístico não seja possível destacar estas respostas de forma quantitativamente robusta, estas respostas devem ser encaradas como formas válidas de identidade e legitimidade nestes jovens em se identificarem como são. Os questionários, sobretudo aos jovens, devem ser inclusivos, também pelas perguntas que colocam e respostas que permitem.

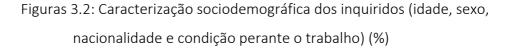
A idade e a condição perante o trabalho (ainda que analisada de forma não mutuamente exclusiva) são aquelas que mais pautam, à partida, a diversidade das respostas e registos recolhidos. Mais de metade dos jovens inquiridos têm até 21 anos, sendo que cerca e 40% são bastante jovens, tendo entre os 15 e os 17 anos. Esta percentagem vai se reduzindo até aos 13% de jovens mais velhos, entre os 26 e os 30 anos. Seria de esperar que esta estrutura etária se refletisse na condição perante o trabalho. De facto, cerca de ¾ dos inquiridos ainda se encontra a estudar. 23% dos inquiridos está a trabalhar. Esta cisão entre os que trabalham e os que estudam, quando pensamos sobretudo nos escalões etários intermédios, representa a maior desigualdade na camada juvenil: os que prolongam os estudos e o investimento em profissões qualificadas, potencialmente melhor remuneradas e com níveis menos intensos de precariedade; e os que antecipam a sua entrada no mercado de trabalho, encurtando muitas vezes as suas potencialidades e o seu bem-estar futuro ou de longo prazo (Nico, 2017, 2018).

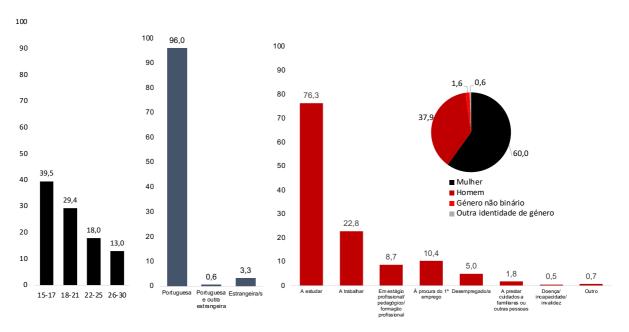
Existe, ainda, uma miríade desestandardizada de situações como desemprego, estágio, procura de primeiro emprego, prestação de cuidados ou doença, incapacidade e validez em que os jovens se distribuem. Estas são situações que, pela sua dispersão estatística, tendem a ficar invisibilizadas e englobadas em rótulos desnecessários como

NEET (Not in employment, education or training) ou, pior ainda, "geração nem-nem".



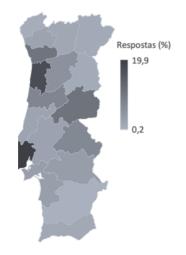






Portugal é um país muito sujeito a desigualdades territoriais. A cobertura das respostas pelo território Nacional Continental tem uma distribuição considerável, embora com concentração urbana. Lisboa, Aveiro, Castelo Branco e Porto sobressaem como os distritos com uma percentagem de resposta mais elevada (19,9; 17,5, 10,8% e 10,7%, respetivamente). Beja, Viana do Castelo, Faro e Vila Real são os distritos com taxas de resposta mais baixas.

Figura 3.3: Distribuição das respostas pelo território nacional continental



No entanto, observando esta distribuição regional em proporção ao total de residentes nestas faixas etárias (Figura 3.4), o Alentejo e o Centro apresentam proporções de respostas face ao universo mais elevadas (entre 23 a 31%, dependendo se são considerados os residentes dos 15 até aos 34 ou até 29 anos de idade). As regiões menos representadas neste inquérito face ao

universo são as regiões autónomas (representando entre 0,01 e 0,02%).

Figura 3.4: Respostas e universo, por região do país (NUTS II)

Região	Respostas	Universo (15- 29 anos)*	% (15-29 anos)	Universo (15- 34 anos)*	% (15-34 anos)
Algarve	39	67800	0,06	90455	0,04
Alentejo	322	104905	0,31	141084	0,23
Centro	1080	346983	0,31	465304	0,23
Lisboa	543	438087	0,12	593528	0,09
Norte	454	593094	0,08	793867	0,06
R. A. Açores	9	47 363	0,02	64637	0,01
R. A. Madeira	7	47410	0,01	63191	0,01

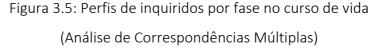
^{*} Fontes: PorData - população residente (média anual) para o ano de 2020

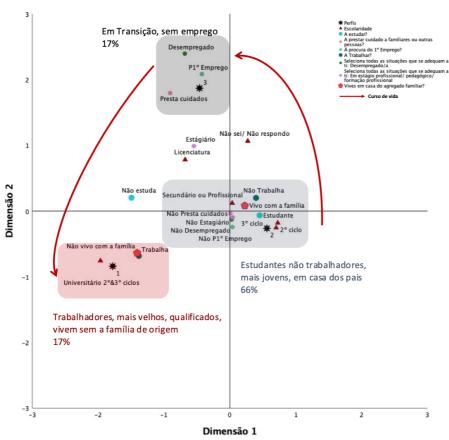
Uma das mais importantes fontes de diversidade da condição juvenil baseia-se na forma como as vidas evoluem com o tempo. Se podemos considerar jovem um indivíduo entre os 15 e os 30 anos, a verdade é que por via dessa diferença etária estamos a falar de problemas e quotidianos potencialmente muito diferentes. O conjunto de respostas recolhidas também relevam essa diversidade.

Cerca de dois terços dos inquiridos são estudantes mais jovens, encontram-se no máximo a frequentar o secundário, vivem em casa dos pais com os mesmos, não trabalham nem estão à procura de emprego ou desempregados. Podemos designar este grupo com jovens em pré-transição para a vida adulta e activa. A vida escolar e familiar resume numa primeira visão mais demográfica o estatuto de transição destes jovens. Compõem a grande maioria dos inquiridos e, assim sendo, a grande parte das respostas devem ser interpretadas com um olhar preventivo. Estes jovens serão os que mais proveito poderão tirar das medidas incluídas no Plano Nacional de Juventude, que os encontrará numa fase fulcral da sua transição para o ensino superior, uma residência autónoma, o mercado de trabalho, e/ou um estilo de vida mais independente.

Dos restantes, verificamos que se dividem de forma equilibrada entre dois grupos bastante distintos. Sendo jovens que já não se encontram a frequentar escolaridade obrigatória, metade caracteriza-se por estar a trabalhar e a viver sem a família de origem, tendo escolaridade bastante elevada (mestrado ou doutoramento). São jovens que, sendo mais velhos e tendo adquirido mais recursos e/ou partido de uma plataforma de

oportunidades mais igualitária, se encontram em transições mais estáveis e mais independentes da família de origem, num rumo aparentemente mais marcado de estabilidade. Próximos deste grupo estão os indivíduos com licenciatura e/ou que se encontram a estagiar, que por sua vez, também se encontram relativamente associados ao grupo de jovens em transições mais complicadas. Desempregados, à procura do 1º emprego, e/ou a prestar cuidados estão representados neste terceiro perfil que ainda ocupa 17% do total dos inquiridos. São estes jovens que, frequentemente são denominados de "nem-nem" sendo nas suas pessoas quase exclusivamente colocada, e não nas condições em que se encontram a viver, a justificação para as vidas difíceis que vivem. Sempre que pertinente, foi averiguada a diversidade das respostas entre estes três perfis.





4. OS JOVENS VISTOS POR FORA casa, trabalho, escola

"Viver com dignidade: Tendo o direito ao trabalho com contrato e o direito à habitação. E em nenhuma delas abordo os ditos "trabalhos" que nada mais são do que estágios e recibos verdes." (sexo feminino, 30 anos, tem doutoramento e encontra-se a trabalhar, Região de Lisboa)

"I think we're at that weird age where life can change a lot from small decisions."

Sally Rooney, Normal People

Nesta secção abordam-se sectores clássicos da sociedade e do Plano Nacional de Juventude, entre os quais os que mais pautam as transições para a vida adulta. Muitas vezes encarados como indicadores meramente demográficos e mensuráveis de transição (taxa de ingresso no ensino superior, taxa de emprego e desemprego, idade média na saída de casa dos pais, só para mencionar alguns deles), a análise destes indicadores e condições de vida são aqui analisados de forma quase preventiva, aproveitando que a maioria dos inquiridos é menor de 21 anos. O que se ambiciona e que obstáculos se encontram ou se espera vir a encontrar nas trajetórias de vida são fatores que, objetivamente, abram e fecham de forma diferenciada os horizontes dos jovens. "If men define situations as real, they are real in their consequences." (Teorema de Thomas). Como definem os jovens as suas situações, reais?

A Escola

A centralidade da escola e da escolaridade

A educação é um pilar para o funcionamento de uma sociedade e para a sua sustentabilidade. Representa também um direito, consagrado na Declaração dos Direitos Humanos Universais, na Declaração dos Direitos das Crianças, e na Constituição Portuguesa. Além de um direito, é um impulsionador para o desenvolvimento humano.

A educação como instituição e direito social é simultaneamente um meio para um fim, e um fim propriamente dito da trajetória de vida. A educação, por via da escolaridade, é um meio comprovado para melhores condições de vida e de empregabilidade, um ingrediente para a mobilidade social absoluta e relativa. É um meio para contribuir para uma sociedade mais conhecedora, crítica, informada e preparada para enfrentar os desafios globais e sociais que vão sendo apresentados, com mais ou menos previsibilidade, a todos nós. A escola é também um fim em si mesmo. Proporciona um espaço de sociabilidade e lazer, crescimento pessoal, e amadurecimento interpessoal.

A escola é também um espaço de desigualdades. A educação apresenta-se cedo na vida como o ponto de partida para as trajetórias juvenis, ao ter impacto nas restantes áreas dos seus percursos, em particular na carreira laboral, mas também por providenciar aos jovens as capacidades e ferramentas para enfrentar o seu futuro (Furlong, 2009). Aliás, a aprendizagem ao longo da vida e as competências subjetivas surgem como características-chave para as vidas juvenis na modernidade tardia. (Furlong, 2009). Assim sendo, o prolongamento dos percursos educativos é uma das características marcantes que mais distingue os jovens de hoje face aos de gerações anteriores, principalmente em Portugal, em que esse salto geracional é mais rápido. Mas apesar de um maior acesso e democratização do Ensino Superior, persistem grupos socialmente desfavorecidos que enfrentam barreiras a um acesso e experiências igualitárias na educação. Uma análise da diversidade social dos inquiridos do questionário de apoio ao I PNJ, em 2017, revelava que, entre os jovens fora da escolaridade obrigatória, a relevante cisão era quem conseguia com mais ou menos esforço continuar a estudar no ensino superior, carregando no investimento no futuro, e aqueles que anteciparam, face ao que desejavam muitas vezes, a sua entrada no mercado de trabalho.

A educação torna-se por isso central no desenho das políticas de juventude, nomeadamente pelo seu papel em quebrar as desigualdades sociais e permitir uma redução dos padrões de pobreza e exclusão social. A educação é, portanto, uma das principais vias para atingir um maior grau de justiça social. A Declaração Lisboa+21 sobre Políticas e Programas para a Juventude (2019) destaca precisamente a promoção do direito à educação e à igualdade de oportunidades de educação, nomeadamente para reparar assimetrias sociais e de género para uma sociedade mais sustentável.

Ao mesmo tempo, a escola é a instituição social mais presente nas vidas juvenis. É então um palco principal para se desenvolver e promover os objetivos e valores para a Juventude. Através da escola, os jovens têm oportunidade para um acesso generalizado à informação e consciencialização, tanto sobre questões que lhes dizem respeito diretamente, como para os temas mais globais da sociedade onde estão inseridos. É aliás uma prioridade delineada na Estratégia 2030 para o Sector da Juventude (Conselho da Europa); um investimento na educação para os direitos humanos e o acesso aos direitos.

A escola é uma instituição social total, tendo impacto na vida dos indivíduos jovens desde o seu quotidiano duradouro, até ao seu futuro e àquele que coletivamente





proporcionam à sociedade. Ademais, no contexto Português, é no Ministério da Educação, um Ministério com peso e importância tradicionalmente em todos os governos da nossa República, que está tutelada a Secretaria de Estado para o Desporto e Juventude. Não poderia estar em melhores "mãos" mas não deverá perder esta oportunidade pela mudança social.

Contexto e Indicadores

Desde o final dos anos 90 até ao presente ano, a população sem nível de escolaridade ou com o 1º ciclo do ensino básico tem vindo a diminuir, ao invés da população com ensino secundário e ensino superior que tem vindo a aumentar. No ano 2000, 18% da população residente com mais de 15 anos em Portugal não tinha nível de escolaridade, ,11% tinha o Ensino Secundário e 7% o Ensino Superior. 20 anos depois 5% não tem nível de escolaridade, 24% tem o Ensino Secundário e 21% o Ensino Superior (INE, PORDATA). Grande parte desta mudança passou pelo prolongamento do percurso educacional dos jovens em Portugal.

A

A percentagem de população residente com 30 a 34 anos com o ensino superior completo em Portugal é atualmente (ano 2020) de 40%, sendo mais elevada no sexo feminino – 47% nas mulheres e 32% nos homens desta faixa etária (INE, PORDATA). Esta taxa é próxima da média da EU-27 que ronda os 41% (Eurostat, INE, PORDATA).

O abandono escolar em Portugal tem sido uma das principais questões a enfrentar nos últimos anos. Apesar de estar em declínio desde a viragem do século, Portugal destacava-se no contexto Europeu por apresentar um abandono escolar precoce mais elevado (definido como os jovens dos 18 aos 24 anos que estão fora do sistema de ensino e sem o grau do secundário), sendo 14% em Portugal face aos 11% da média da EU-28 (Retrato dos Jovens PORDATA, 2017). Os dados mais recentes, referentes ao ano de 2020, indicam que este valor está nos 9%, já abaixo da actual média da EU-27 que ronda os 10% (Eurostat, INE, PORDATA). Apesar desta evolução positiva mais recente, é desigual no território: em 2019 A Região Autónoma dos Ações, o Algarve e o Alentejo apresentavam percentagens de abandono escolar muito mais elevadas: 27%, 20% e 13%, respetivamente.

44

A percentagem de estudantes do Ensino Superior a receber bolsa de estudo no início dos anos 90 era de 6 % e tem vindo a aumentar. No entanto, desde 2006 que essa percentagem tem estagnado à volta dos 19% e 20% (à exceção dos anos entre 2011 e 2014 em que baixou subitamente em torno dos 14 aos 17%). Estes dados revelam que não tem havido esse investimento para aumentar o acesso às bolsas de estudo.

Portugal foi um dos países europeus em que as escolas mais tempo estiveram fechadas como medida de combate ao contágio do vírus Sars-Cov-2. Os impactos destes confinamentos da comunidade escolar ainda estão por determinar com exatidão, mas sabe-se que existirão, que são graves, e que alguns deles só se conhecerão mais tarde. Não cabe neste questionário ou relatório responder a tal complexa questão mas apenas deixar um apelo por estudos longitudinais que sejam capazes de fazer prognósticos destes impactos ao invés de apenas diagnósticos, e pior ainda, tardios.

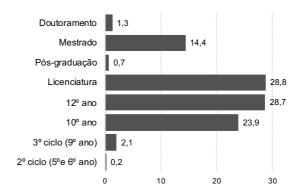
Pontos de partida, obstáculos e pontos de chegada

A maioria dos inquiridos (aproximadamente 80%) encontrava-se a estudar, o que vai de encontro à caracterização etária da amostra (Figura 4.1). Destes, um pouco mais de metade (55%) frequentava a escolaridade obrigatória (um grau de ensino até o 12º ano, sendo este o mais representado com 29%). Os restantes jovens frequentam o ensino superior (29% e 14% da amostra, licenciatura e mestrado, respetivamente) (Figura 4.2).



Figura 4.1 - Situação

Figura 4.2 -Grau de ensino que frequenta (%)



Em relação aos anos de escolaridade completos (Figura 4.3), também de acordo com a caracterização da idade dos inquiridos, quase um terço (30%) tem o ensino obrigatório completo (12º ano) e uma parte relevante (42%) ainda o está a concluir. Cerca de 27% já tem algum grau de ensino superior completo. Estas proporções variam de acordo com a fase de vida em que se encontram os jovens. O grupo de jovens estudantes em família — que são mais novos, ainda não trabalham e vivem em casa dos pais, a maioria ainda está a concluir o ensino obrigatório (57%). Os jovens precários em transição, ainda sem estarem no mercado de trabalho, ilustram o prolongamento do percurso escolar, sendo que a maioria destes já têm ou o 12º ano ou a licenciatura completos, 30 e 41%, respetivamente. Por fim, os jovens autónomos, que já são mais velhos, estão a trabalhar e já vivem fora da família de origem, caracterizam-se por serem muito qualificados, a maioria tendo já obtido o grau de Mestre (38%).

Figura 4.3 - Grau de escolaridade completo, pelos três perfis de curso de vida (%)

	Estudantes em Família		Precários em transição		Jovens Autónomos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2º ciclo (5º e 6º ano)	23	1,4	2	0,5	0	0,0	25	1,0
3º ciclo (9º ano)	320	19,5	20	4,9	12	2,8	352	14,2
10° ano	595	36,2	48	11,7	4	0,9	647	26,1
12º ano	521	31,7	124	30,1	89	20,9	734	29,6
Curso Técnico Superior Prof.	26	1,6	12	2,9	15	3,5	53	2,1
Licenciatura	149	9,1	167	40,5	105	24,6	421	17,0
Pós-graduação	5	0,3	8	1,9	38	8,9	51	2,1
Mestrado	4	0,2	31	7,5	162	38,0	197	7,9
Doutoramento	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	0,0
Total	1643	100	412	100	426	100	2481	100

As expetativas escolares destes jovens inquiridos são, na sua globalidade, bastante altas. A grande maioria destes jovens (aproximadamente 85%) pretende concluir um grau de ensino superior (Figura 4.4). Grande parte destes têm ambições de concluir o mestrado (42%) e uma parte relevante (16%) o doutoramento. Esta é uma versão das expectativas pela positiva, isto é, a partir dos jovens que se encontram a estudar e que preveem que poderão continuar a fazê-lo; é uma análise dos "vencedores" do sistema escolar. São expectativas muito positivas, tendo em conta que não pretender continuar a estudar tem na raiz, geralmente, aspetos relacionados com exclusão ou desigualdades sociais, mesmo que aparentemente não severas e intervencionáveis pelo Estado.



20

26.1

40

60

80

100

Figura 4.4 – Grau de escolaridade que pretende concluir (%)

10° ano

3º ciclo (9º ano)

2º ciclo (5º e 6º ano)

Vendo estes resultados por idade, observamos que a maioria pretende concluir o grau de mestrado independentemente do escalão etário, sendo em proporção menos para os mais novos (30%) e bem maior nos que se encontram entre os 22 e os 25 anos (64%). São também nos jovens mais novos (entre os 15 e os 17 anos) que se encontra a maior proporção de quem quer completar o ensino superior (17%), contrastando com as outras faixas etárias que apresentam proporções muito menores de jovens que querem ficar pelo 12º ano. Estes dados poderão indicar um efeito de idade, por serem jovens que se encontram mais longe de graus mais elevados de ensino, podendo por isso não os ambicionar ainda. Não obstante, estes resultados sugerem ser necessário monitorizar as expectativas escolares dos jovens para tentar perceber quais os fatores que possam estar a contribuir para as expectativas de não prolongamentos dos percursos escolares.

Por sexo, observámos que as raparigas revelam expectativas escolares mais elevadas do que os rapazes. 90% das raparigas pretende tirar um curso de ensino superior (45% o grau de mestrado), e 78% dos rapazes pretende o mesmo (38% o grau de mestrado). Consequentemente, em relação a ficar pelo ensino obrigatório, o dobro dos rapazes (14) pretender ter o 12º ano, contra os 7% das raparigas que indicam o mesmo. As diferenças por género nesta amostra em relação ao grau já obtido não se revelaram tão discrepantes. O que nos poderá indicar que as diferenças de género poderão surgir mais à medida que a idade avança e podem também emergir das expectativas diferenciadas. Assim sendo, destaca-se que são necessários esforços para combater a

saída mais precoce dos rapazes no percurso educacional, que envolvem desde logo também a formação das suas expetativas. E também resolver os tetos de vidro e que as mulheres esbarram no decorrer da sua mobilidade social e progressão profissional.

E para compreender de forma mais completa as causas para o não prolongamento dos percursos escolares, para além da idade e do género, explorámos o grupo de jovens que já terminou o seu percurso escolar. Esta é uma leitura necessária, se quisermos compreender os obstáculos, objetivos e subjetivos, ao prolongamento das trajetórias escolares. Para os que não se encontravam a estudar, quisemos perceber se o grau que tinham concluído era o que pretendiam. Verificou-se que um pouco mais de um terço dos jovens, aproximadamente 35%, dos que já não se encontravam a estudar, não tinham o grau de escolaridade completo pretendido (Figura 4.5). Estes dados revelam que uma parte bastante expressiva dos jovens não consegue concluir a escolaridade que ambiciona, o que considerarmos grave. É um grito de alerta dos jovens, que partilham consciente e reflexivamente os obstáculos que identificam nas suas vidas, para um outro tipo de trajetória escolar e eventualmente de mobilidade social. Assim sendo, é urgente a promoção de medidas que impeçam o abandono ou desistência escolar dos jovens, fornecendo-lhes meios para frequentarem e concluírem os graus de escolaridade que desejam ou planeiam.

Figura 4.5 - Grau de escolaridade completo é o pretendido (%)

(Para os jovens que não estão a estudar)

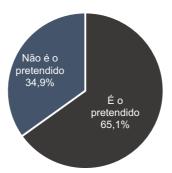


Figura 4.6 - Motivos de abandono escolar involuntário (%)

(Para os jovens que não estão a estudar e que não concluíram o grau que pretendia, n=
167)



Para os jovens que não conseguiram atingir a escolaridade que pretendiam, explorámos os fatores que associavam a essa não concretização. Estas respostas são as que melhor informam os verdadeiros obstáculos sentidos pelos jovens no seu ambicionado mas não concretizado percurso escolar (e, por consequência, profissional e de vida). Com estes dados conseguimos verificar que as questões financeiras são as mais mencionadas como justificação para este abandono escolar involuntário. 45% destes jovens aponta que não concluiu a escolaridade pretendida por ter que superar dificuldades financeiras e também 40% admite que a esse abandono escolar estava associado à necessidade de começar a trabalhar para superar dificuldades financeiras.

A

Também 28% declarou não ter continuado os estudos por não ter forma de suportar os seus custos. Já 29% associou a sua saída mais precoce do percurso escolar ao desejo de querer começar a trabalhar. Pelo contrário, fatores relacionais, por influência de professores, familiares ou amigos foram apontamos como residuais, e fatores sobre o estudo (capacidade, sucesso, gosto ou utilidade) por uma proporção bastante menor (de 7 a 10%). Outras razões referidas pelos jovens para este abandono, pontualmente, foram: a não atratividade dos cursos, situações de doenças, falta de disponibilidade ou ter de prestar cuidados de apoio a familiares. Assim sendo, podemos concluir com estes dados que uma proporção relevante destes jovens abandona o seu percurso mais cedo do que



desejaria, e esse abandono é sobretudo consequência de constrangimentos financeiros, sendo por isso uma expressão dos efeitos das desigualdades sociais.

Medidas que reforcem as bolsas de estudo e a conciliação trabalho-escola (regimes part-times, regimes especiais para trabalhadores-estudantes) são, num país onde a juventude ainda é fragmentada por estas desigualdades à saída da escolaridade obrigatória, essenciais. Por outro lado, e de forma ainda preventiva, é necessário um reforço motivacional, ao nível individual e das famílias, sobre o papel positivo da escola, educação, e escolarização seja a curto seja a longo prazo. Este papel passaria também por uma maior presença de orientadores e psicólogos nas escolas que, ao invés de fechar e afunilar o leque de possibilidades dos jovens, poderão fomentar o combate às desigualdades.

A importância da escola em discurso direto

A a educação é reconhecida pelos próprio jovens como uma das áreas mais valorizadas para o futuro da juventude, como já foi referido. De facto, a educação e a formação são tradicional e consensualmente consideradas áreas da maior importância (e urgência) pelos jovens inquiridos tanto em 2017, como em 2021. Ao mesmo tempo, é um meio privilegiado de acesso a informação e à prática do exercício dos seus direitos, na medida em que a escola foi identificada como a principal fonte pela qual estes jovens tiveram conhecimento do Plano Nacional da Juventude, como visto anteriormente.

Figura 4.7: Nuvem de palavras das respostas que continham conteúdo em relação à escola, educação e formação (feito no wordart.com)



Aliás, na identificação das medidas urgentes a adotar, a área da educação e formação foi uma das principais mencionada pelos jovens (cerca de 13%). Muitos defenderem a necessidade de medidas para melhorar o ensino e a educação em geral:

"A meu ver, é importante adotar medidas ao nível da educação e dos sistemas de ensino em Portugal" (sexo feminino, 17 anos, com o 10º completo, a estudar - frequência do 12º ano, Região de Lisboa)

Muitos também advogaram medidas para o investimento na educação em algumas áreas, nomeadamente relativamente a assuntos da sociedade ou à aquisição *de soft skills* para a preparação para a vida adulta. As áreas mais mencionadas pelos jovens para direcionar a educação foram: a cidadania, política e direitos humanos; o ambiente e sustentabilidade; a literacia financeira; e as questões da sexualidade. Alguns exemplos:

"Preparar-nos melhor para o mundo. Explicarem-nos a política, como o voto afeta, ter mais informações e aulas sobre gerir dinheiro, como se pagam contas, coisas básicas que aprendemos pelo erro mas que não deveriam ser assim, deveríamos ser educados - uma população educada é uma população que irá crescer da

maneira certa..." (sexo feminino, 20 anos, com o 12º completo, a estudar e a trabalhar - frequência de licenciatura e professora por conta própria, Reino Unido)

"Principalmente nas escolas, adotar programas de educação sexual mais inclusivos que não só informam jovens sobre perigos de por exemplo doenças sexuais mas também normalizam relações não-heterossexuais e pessoas não-cisgenero, de forma a mostrar aos jovens que têm uma base de apoio e que não precisam de esconder quem são." (sexo masculino, 17 anos, com o 12º completo, a estudar - frequência de licenciatura, Região de Lisboa)

Alguns também mais especificamente defenderam a existência de mais apoios, monetários principalmente, à entrada no Ensino Superior – nomeadamente em relação às propinas e ao custo associado a tirar um curso superior:

"Baixar as propinas nas faculdades para possibilitar estudos superiores a mais pessoas." (sexo masculino, 20 anos, com o 12º completo, a estudar - frequência de licenciatura, Região de Lisboa)

"Providenciar mais apoios com o intuito de ajudar os alunos em ensino superior deslocados. Ampliar rede de alojamento estudantil." (sexo feminino, 20 anos, com o 12º completo, a estudar e a realizar um estágio - frequência de licenciatura, Região do Centro)

No seguimento desta temática do ensino superior, uma maior igualdade de acesso e democratização da educação em geral, foi também destacado por alguns jovens como medidas urgentes para a juventude:

"Promoção de medidas que diversifiquem os modelos de estudo no ensino superior, de forma a chegar aos jovens de meios mais carenciados e, assim, promover a igualdade de oportunidades." (sexo feminino, 21 anos, com o 12º completo, a trabalhar – trabalhadora agrícola e brevemente vai conciliar com os estudos, Região de Lisboa)

Da escola ao trabalho

Transição escola-trabalho

O emprego é um dos eixos centrais para a juventude, em todos os cantos do sector da juventude, a começar pelos próprios jovens, passando pela comunidade científica, ao ser um dos temas clássicos e centrais dos estudos da juventude e da sociologia da juventude e das transições para a vida adulta, e terminando (e começando, se virmos de outros pontos de vista) nas políticas de juventude. A transição escola-trabalho é, ainda hoje, e entre todas as outras transições, a que é muitas vezes considerada implicitamente sinónimo de transição para a vida adulta. A transição para a vida activa e para o mercado de trabalho, são muitas vezes na linguagem corrente e/ou mediática, feitas equivalentes. Na investigação, continua a ser a área mais estudada, há mais tempo, em mais países, com recurso a mais metodologias de diferentes tradições, e com mais consequências potencialmente políticas, politizáveis e discutíveis ideologicamente. Nas conclusões das mesmas, o mercado de trabalho contínua a ser o melhor símbolo das desigualdades sociais a que os indivíduos estão particular e desproporcionalmente sujeitos quando são jovens por comparação a outras fases da vida.

Assim, transição escola-trabalho também é entendida como a principal das transições para a vida adulta, muito pelo seu efeito nas restantes transições para a vida adulta. Sem uma entrada e permanência no mercado de trabalho, outras transições — residenciais, conjugais, parentais — e outras conquistas sustentáveis de bem-estar — estabilidade, segurança ontológica — estão claramente comprometidas. Assim sendo, esta transição torna-se das mais relevantes para compreender as formas como são reproduzidas as (des)vantagens e desigualdades sociais (Furlong e Cartmel, 2007), e de como a juventude é simultaneamente um observatório e uma edificação das desigualdades sociais.

Um dos temas principais neste âmbito prende-se como o impacto da educação no trabalho. As alterações que têm vindo a acontecer nos percursos educativos, nomeadamente no seu prolongamento, como vimos na secção anterior, alteram as dinâmicas das entradas e integrações no mercado de trabalho. As modalidades de

entrada no mercado de trabalho assumem diversas formas, podendo ser mais ou menos cedo, mais ou menos prolongadas, em separado ou em conjunto com as trajetórias educativas. Estas características alteram-se também em função dos diferentes contextos nacionais em termos dos seus sistemas de educação e das características dos mercados de trabalho. Os estudos em torno dos níveis de educação na integração laboral têm, global e consistentemente, vindo a mostrar que o investimento escolar compensa, embora, simultaneamente as desigualdades se mantenham. E estas últimas, sabemos, são mais visíveis, mais sentidas na pele, mais violentas, do que as compensações a longo prazo e com muitos avanços e recuos, nem sempre vividos sem precariedade e dificuldades, dos efeitos da escolaridade. Esta tensão resulta, frequentemente, num abandono de expectativas e projectos educativos mais longos, sobretudo em jovens que vivem e crescem em contextos sociais mais desprovidos de recursos económicos e outros. Apesar deste efeito persistente da origem social e educacional nas transições escola-trabalho, as narrativas em torno da individualização e das escolhas pessoais têm obscurecido estes efeitos, uma vez que os jovens tendem a culpar-se a si em vez de aos fatores sociais ou económicos nas falhas dos seus percursos educativos ou laborais (Furlong e Cartmel, 2007). Também as políticas públicas poderão ajudar a combater esta "falácia epistemológica da modernidade tardia".

Também os contextos socioeconómicos, nomeadamente os ciclos económicos têm sido tidos em conta para avaliar a integração dos jovens no mercado de trabalho. O emprego jovem é mais sensível a estes ciclos e os estudos mostram que os jovens que entram no mercado de trabalho durante recessões económicas sentem mais dificuldade de integração laboral, efeito este que se torna cicatrizante e afeta o restante percurso profissional (Kahn, 2010). No caso português muita atenção foi dada à crise económica, em conjunto com as medidas de austeridade, que ampliaram as características de incerteza, imprevisibilidade e precariedade (Alves et al, 2011), e mais recentemente à crise pandémica e os seus efeitos no mercado de trabalho.

Para os próprios jovens o trabalho, nas suas diversas formas, representa uma parte integrante das suas vidas e da sua compreensão do que é tornar-se adulto, assim como é central para a formação da sua biografia e identidade (Henderson et al., 2007). Os jovens valorizam fortemente os aspetos intrínsecos associados ao trabalho, como as tarefas que desempenham, e não apenas a sua estabilidade e remuneração (Morais,

Chaves e Baptista, 2010), como demonstrarão os nossos resultados. A importância do emprego, do trabalho, ficou já bastante clara no inquérito desenvolvido em 2017. Voltou a verificar-se, como já referido, no inquérito de 2021, cujos resultados se analisam aqui, mesmo sendo a população inquirida bastante mais jovem do que foi, em média, em 2017. O trabalho, mesmo que ainda não exercido, é central aos projetos de vida dos jovens, e a centralidade que este ocupa na realização pessoal e autonomização financeira e residencial é evidente para os jovens — quer se traduza mais em preocupação e ansiedade, ou mais em motivação e ambição.

Por tudo isto, torna-se então fulcral monitorizar as experiências, dificuldades e desigualdades sentidas pelos jovens na sua entrada e integração no trabalho de forma a ser possível desenhar políticas públicas que melhorem o seu acesso, o tornem mais democrático e de qualidade superior e que eventualmente corrijam o viés e a duração da precaridade a que os jovens são desproporcionalmente sujeitos.



Nota sobre precariedade

A juventude de hoje não tem especial monopólio sobre a experiência de precariedade. Outras juventudes experimentaram múltiplas formas de precariedade laboral, seja marcada por formas conhecidas de economia informal, por trabalho a dias, por tarefa, sem descontos, sem segurança, sem retorno na velhice. Essa experiência de precariedade carimbava as desigualdades sociais marcadas desses outros tempos (anos 70, 80, 90), escapando à mesma os jovens, em minoria, que frequentavam o ensino superior, cursos técnicos, e que tinham na sua estrutura familiar ou social recursos adicionais. A especificidade – e gravidade - da precariedade juvenil de hoje não jaz na sua novidade, mas sim na a sua normalização (Nico, 2020). A cultura dos estágios, as políticas de permissividade à excessiva flexibilização do mercado de trabalho, os enviesamentos dos debates públicos sobre a necessidade da precariedade, têm contribuído para a experiência da mesma extravase os momentos iniciais de entrada no mercado de trabalho. A normalização da precariedade, o discurso político contra as 'pieguices' ou contras as 'políticas de juventude a mais', a ideia errada de justiça inter-geracional em



que se as gerações jovens passadas foram precarizadas, então as actuais também devem ser, contribuem para que os jovens interiorizem que não existe outra forma de inserção e manutenção no mercado de trabalho senão esta. Ora essa alienação juvenil é perigosa no sentido em que pode tornar os jovens reféns de situação de precariedade de longa duração, de experiencia de trabalho não digno, de assédio morais e outros que para além de contaminarem o funcionamento do próprio mercado de trabalho, terá implicações várias ao nível de todas as suas transições para a vida adulta. Num país como Portugal, em que o estado providência tem algumas, sobretudo quando comparado com países Nórdicos, limitações de recurso e de tradição de políticas públicas, a centralidade da entrada, permanência, estabilidade e sucesso no mercado de trabalho é ainda maior, por desta transição dependem as "restantes", diríamos mesmo, as subsequentes.





Contexto e indicadores

O mercado de trabalho português tem demonstrado ser bastante vulnerável a conjunturas económicas adversas, a que se associam as suas características estruturais como os baixos níveis de escolaridade da população ativa e uma estrutura produtiva dominada por micro, pequenas e médias empresas. A crise económica e financeira pós 2008 e as consequentes medidas de austeridade tiveram um impacto negativo no mercado de trabalho e na económica portuguesa, em particular na taxa de desemprego e na precariedade laboral dos jovens, que ainda hoje se podem sentir.

O estudo "Os jovens em Portugal, hoje" (FFMS, 2021), apresenta um retrato dos jovens portugueses entre o 15 e os 34 anos, revelando que para os jovens com trabalho pago, as principais áreas de trabalho são, as "profissões com formação superior ou autonomia criativa" (24%), o "comércio e vendas" (19%), "as funções administrativas, burocráticas e de secretariado" (17%) e a "prestação de serviços" (15%). O mais comum é serem trabalhadores por conta de outrem (86%) e 51% detêm um vínculo contratual instável (que inclui os contratos a termo certo e incerto e todas as outras formas mais alternativas de contratualização ou não contratualização). Em relação aos rendimentos aferidos, quase três quartos não ganham mais do que 950 euros mensais (p.126).



A taxa de emprego, definida como o número de empregados por cada 100 pessoas com mais de 15 anos, referentes ao ano de 20202 (INE, Eurostat, PORDATA), mostram que entre os 20 e os 24 anos é de 40.9%, abaixo da Média da EU-27 (48,7%), mas nas seguintes fachas etárias está acima da média UE-27, para os jovens de 25-29 anos é de 77,2% e dos 30-34 anos aumenta para 84,4% (Média EU 72,9% e 79,1%, respetivamente).

Estes dados revelam que os jovens portugueses entram mais tarde no mercado de trabalho que a média dos jovens europeus. Esta entrada tardia no mercado de trabalho pode também ser explicada pelo baixo número de trabalhadores-estudantes em Portugal. A média europeia dos jovens dos 14 aos 24 anos que se encontravam a estudar e a trabalhar em simultâneo é de 18,4%, quanto que em Portugal é quase metade, representando 10% dos jovens (Relatório Eurostat, 2021). O que distingue os jovens trabalhadores-estudantes entre os restantes jovens trabalhadores é que têm rendimentos mensais inferiores, têm vínculos laborais mais precários e apresentam-se como mais insatisfeitos com o trabalho (FFMS, 2021: 138).

Já a taxa de desemprego, que se refere ao número de desempregados por cada 100 ativos, referente ao ano de 2020 (INE, Eurostat, PORDATA), revela que Portugal destaca-se no contexto europeu por ter taxas de desemprego jovem mais altas, principalmente nas fachas etárias mais novas, onde depois essa diferença se vai esbatendo nos jovens mais velhos. Entre os 15 e os 19 anos essa taxa é de 31,6%, entre os 20 e os 24 anos é de 21,2%, e depois baixa nos 25-29 para 11% e ainda mais nos 30-34 para os 7,5%, igualando a média da EU-27(para as outras fachas etária a média EU-27 é de 21,0%, 15,7% e 10,3%, respetivamente).

Em relação ao impacto da escolaridade, os dados revelam como um maior nível de educação continua a garantir aos jovens melhores posições laborais: nas taxas de emprego, nas qualificações do emprego, nos rendimentos mensais, nos vínculos contratuais, assim como numa maior realização face ao trabalho que desempenham (FFMS, 2021, pg. 47).

Os jovens trabalhadores: experiências e expectativas

Entre os inquiridos são relativamente poucos os que trabalham, representando 21,8% (n=544) (Figura 4.8) Os dados seguintes desta secção serão sobre estes jovens. Destes que se encontram a trabalhar, a grande maioria exerce profissões por contra de outrem (82,4%), 10,5% por conta própria e 2% em negócios familiares (Figura 4.9). Relativamente ao grupo profissional da sua ocupação, observamos que a maioria se encontra a desempenhar profissões qualificadas (Figura 4.10). Mais de um terço são "especialistas das atividades intelectuais e científicas", representam 40,7% dos jovens que trabalham. Os "técnicos e profissionais de nível intermédio" são 31,9% e o "pessoal administrativo" (10,6%). Esta amostra está, a esta nível, bastante enviesada positivamente. Esta exclusão estatística de quem está mais excluído socialmente é um problema crónico dos processos de inquirição, ao qual este questionário não conseguiu evidentemente escapar.



Figura 4.8 – Encontra-se a trabalhar (%)

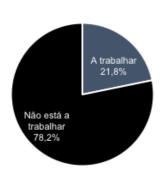


Figura 4.9 -Situação no trabalho (%)

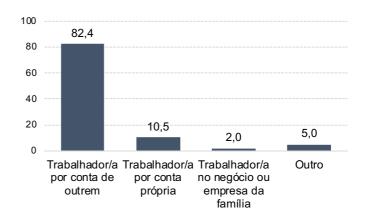
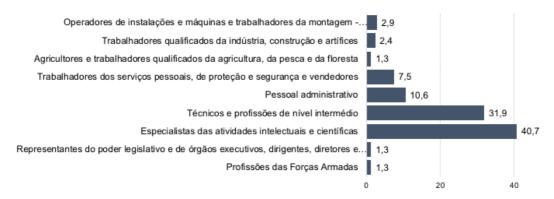


Figura 4.10 – Ocupação profissional (%)



Vendo as proporções das ocupações profissionais por graus de escolaridade concluído (Figura 4.11), verificamos que os jovens que têm até ao 12º ano ou um curso técnico superior profissional encontram-se mais dispersos entre os trabalhadores de serviços pessoas e vendedores até aos especialistas das atividades intelectuais e científicas, contrastando com os jovens mais qualificados em que a maioria se enquadra nas atividades intelectuais e científicas (representando 41,8 nos que têm licenciatura e 58,5% nos que têm mestrado ou doutoramento). Estes dados reforçam a ideia de que quanto maior a escolaridade obtida, maior a qualificação do emprego obtido, reforçando a compensação do estudo.



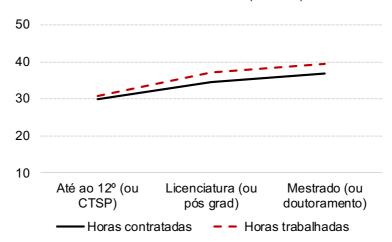
Figura 4.11 – Ocupação profissional por grau de escolaridade concluído (%)

	Até a	Até ao 12º (ou		Licenciatura (ou		Mestrado (ou	
	CTSP)		pós grad)		doutoramento)		
	N	%	N	%	N	%	
Profissões das Forças Armadas	3	2,3	1	0,5	2	1,4	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	0	0,0	3	1,6	3	2,1	
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	25	19,5	76	41,8	83	58,5	
Técnicos e profissões de nível intermédio	40	31,3	59	32,4	45	31,7	
Pessoal administrativo	25	19,5	19	10,4	4	2,8	
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	16	12,5	16	8,8	2	1,4	
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	3	2,3	3	1,6	0	0,0	
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	6	4,7	3	1,6	2	1,4	
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem - Trabalhadores não qualificados	10	7,8	2	1,1	1	0,7	
Total	128	100,0	182	100,0	142	100,0	

No total, estes jovens trabalhadores estão contratados por 33,7 horas semanais e trabalham globalmente mais, sendo que essa média se situa nas 35,6 horas semanais. À medida que aumenta o grau de escolaridade concluído, aumenta tanto as horas contratadas como as horas trabalhadas (Figura 4.12). No entanto, apesar de as horas

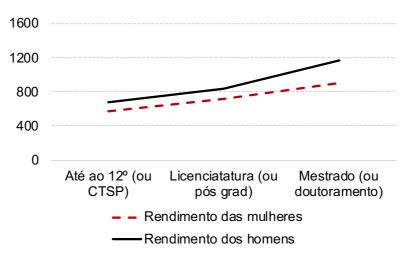
trabalhadas serem sempre mais do que as contratadas, essa diferença é maior nos que têm qualificações superiores – representando mais duas horas extra.

Figura 4.12 – Horas contratadas e horas trabalhadas por semana por grau de escolaridade concluído (médias)



Em relação à remuneração, estes jovens que trabalham recebem em média 775,3 euros mensais líquidos. O rendimento médio é tanto maior quanto maior a escolaridade obtida: sendo 617,7 para os jovens que têm até ao 12º ano, 764,2 para os que têm licenciatura e 991,8 para os que têm mestrado. Mas na remuneração obtida há também um efeito de género, com os homens a ganharem significativamente mais, apesar das raparigas serem mais escolarizadas, como visto na educação: a média 727,4 euros para as mulheres e 853,4 para os homens. Vendo esta diferença de género por nível de educação (Figura 4.13) verificamos que a desigualdade de género vai sendo mais elevada consoante o nível de escolaridade, sendo a maior encontrada nos que têm o mestrado, representando uma diferença de mais de 270 euros mensais (sendo o rendimento 903,3 nas raparigas e 1174,3 nos rapazes). Dados como estes reforçam a necessidade de verter para o plano nacional de Juventude a missão de esbater, em Portugal, as desigualdades de género, sejam salariais, sejam outras. Este combate às desigualdades de género não se faze apenas com instrumentos legais e políticos, mas também nas mentalidades e na agenda juvenil, inscrevendo-se na temática mais geral dos direitos humanos.

Figura 4.13 – Rendimento líquido individual (média, mensal e em euros) por grau de escolaridade concluído e sexo (médias)



Apesar de estes jovens estarem globalmente inseridos em profissões qualificadas, apenas 13% deseja manter a sua situação atual. Quase um terço (29,2%) deseja uma mudança tanto na empresa onde trabalha como na profissão que desempenha. Verificamos também que apesar do foco dado ao empreendedorismo jovem, apenas 11,5% dos jovens pretende montar um negócio próprio nos anos mais próximos. O desejo de sair da situação de trabalho por conta de outrem é residual. Este resultado ajuda a contrabalançar a suposta popularidade do empreendedorismo como solução para subsistir. A "persistência do curso de vida" (Elchardus e Smits, 2006), ainda que com variações, está presente nas vidas dos jovens que procuram estabilidade no mercado de trabalho e não se sentem necessariamente atraídos, sobretudo os mais desprovidos de capitais e recursos financeiros e sociais para tal, pelo risco inerente ao empreendedorismo. Ideologicamente, também os jovens têm dado sinais de, a par da luta contra as alterações climáticas, criticos de formas ferverosas de capitalismo e neo-liberalismo.







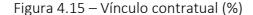
Figura 4.14 – Projetos profissionais para os próximos 3 anos (%)

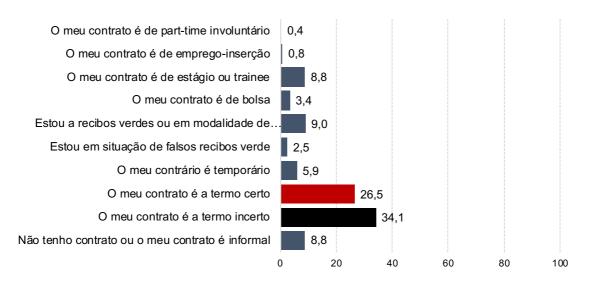
Os jovens precarizados e a precariedade normalizada

A precariedade tem várias facetas: questões contratuais, tipo ou funções de trabalho, duração da precariedade, qualidade de vida no trabalho, e a dimensão subjectiva (Nico, 2021). Uma das mais importantes e mensuráveis é a que se refere ao tipo de contratualização do trabalho atual (Figura 4.15), verificamos que aproximadamente um terço dos jovens inquiridos que trabalham (34,1%) têm um vínculo contratual a tempo incerto. Cerca de um quarto (26,5%) tem um contrato a termo certo. Os restantes, a maior fatia, quase totalizando os 40% dos jovens, experimentam uma variedade de precariedade muito extensa, representando as várias formas alternativas à contratualização laboral regular que existem e onde os jovens se inserem. Destas formas destacam-se a situação de recibo verde ou trabalho independente (9%), a ausência de contrato ou ter um contrato informal (8,8%) e a situação de estágio ou traine (8,8%). Verifica-se, portanto, que a precariedade atinge de forma muito intensa e extensa os jovens, que apesar de deterem qualificações escolares elevadas e trabalhos qualificados, a maioria está numa situação contratual precária.

A normalização subjectiva da precariedade e do estado precarizado do indivíduo alimenta-se muito desta ideia de "norma estatística", de maioria, de inevitabilidade. É necessário combater esta ideia de que a massificação da precariedade justifica, desculpa, relativiza, a sua existência. Este combate faz-se, sobretudo e primeiro a partir de uma literacia dos seus direitos laborais e das características de um trabalho digno.







Já o reconhecimento sobre a situação de precário, medido através da concordância com a frase "Sou um/a trabalhador/a precário/a?", é bastante moderada, com a maioria a discordar ou a não concordar ou a discordar (23,8% e 23,4%, respetivamente). Esta concordância revela-se um pouco superior nos jovens que estão nas modalidades precarizadas Este relativamente baixo reconhecimento da sua situação precária é indicativo de uma normalização da precariedade. Analisando os vínculos contratuais por nível de educação podemos ver simultaneamente que os que têm menos escolaridade são os que têm maior proporção de contratos a termo certo (31,3%), ao mesmo tempo que quem tem mestrado são os menos expostos a modalidades precárias.

Figura 4.16 – Concordância com autorrepresentação de precário por vínculo contratual (médias)

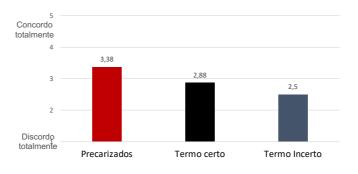
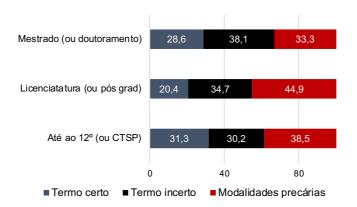


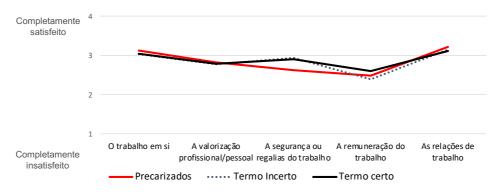


Figura 4.17 – Concordância com autorrepresentação de precário por vínculo contratual (médias)



Analisando os graus de satisfação com as diferentes dimensões do trabalho, verificamos que, na sua globalidade, os jovens estão mais satisfeitos com as relações de trabalho (média de 3,2 numa escala de 1 – completamente insatisfeito a 4 – completamente satisfeito), e com o trabalho em si (3,1), contrastando com a remuneração do trabalho, que é o aspeto e, que se mostram menos satisfeitos (2,5). Quando estes graus de satisfação se observam por vínculo laboral (Figura 4.18), não se observam grandes diferenças, com exceção dos jovens precários se destacam por se sentirem menos satisfeitos com a segurança ou regalias no trabalho, em relação aos outros vínculos, apesar de se sentirem mais realizados com o trabalho em si e com as relações no trabalho. Em relação à dimensão da renumeração laboral, os jovens que estão com contratos a termo certo são também os que se apresentam mais satisfeitos.

Figura 4.18 – Satisfação com as facetas do trabalho por vínculo contratual (médias)



Por fim, em relação à insegurança laboral subjetiva (Figura 4.19), em geral verificámos que a maioria destes jovens acha que é "muito improvável" ou "bastante improvável", 39,4% e 35,1%, respetivamente, vir a perder o seu trabalho nos próximos 12 meses. No entanto, para os que estão inseridos nas diversas modalidades precárias do mercado de trabalho, estas proporções são menores e estes jovens são os que mais acham, relativamente aos que têm contratos, que possa ser muito provável perder o seu trabalho proximamente (21,1%). Vendo por nível de escolaridade e sexo, verificamos que quanto maior o nível de escolaridade, menor a percentagem de jovens que pensa ser "muito improvável" perder o seu trabalho nos próximos tempos (47,8% para os que têm até o 120 ano, 37,1% para os que têm licenciatura e 32,4% para os que têm mestrado). Também as mulheres expressam mais do que os homens que há maiores probabilidades de poderem perder o seu trabalho (9,1% dos homens acha muito provável e 14,4% das mulheres acha o mesmo). Estes dados indicam-nos que as mulheres e os mais qualificados são os jovens que sentem mais insegurança laboral.



Figura 4.19– Probabilidade de perder o trabalho no próximo ano por vínculo contratual (%)

Tormo corto	Termo	Modalidades			
renno ceno	incerto	precárias			
32,8	52,5	31,6			
37,0	37,5	31,6			
16,8	6,9	15,8			
13,4	3,1	21,1			
100,0	100,0	100,0			
	37,0 16,8 13,4	Termo certo incerto 32,8 52,5 37,0 37,5 16,8 6,9 13,4 3,1			

A importância do emprego em discurso direto

O emprego foi também destacado pelos jovens como um dos temas prioritários para a juventude (referido por cerca de 17%) (a par da educação, dos direitos humanos e da saúde e bem-estar. Conformemente, o emprego também surgiu como um dos principais eixos na identificação das medidas urgentes a adotar nas políticas de juventude. Muitos falavam no emprego em geral como uma das áreas mais importantes para desenvolver políticas de juventude.

Figura 4.20: Nuvem de palavras das respostas que continham conteúdo em relação ao emprego e ao trabalho (feito no wordart.com)



Para além de identificarem o tema do emprego em geral, uma grande parte dos jovens especificou que era preciso pensar em medidas para melhorar a qualidade dos empregos. Este foi uma das principais dimensões que surgiu. Aqui mencionariam várias vezes a necessidade de um emprego "digno", associado a um combate à precariedade, e uma melhora geral das condições de trabalho. Alguns detalharam que isso passaria por melhores salários, que fossem "justos" ou "razoáveis" ou que permitissem uma família, acesso a habitação ou mais independência, assim como pela necessidade de empregos

seguros e estáveis. Dentro desta temática, bastantes jovens identificaram que seria necessário regulamentar e remunerar os estágios, que consideram abusivo. Alguns exemplos:

"Desenvolvimento de medidas que tomem em consideração a precariedade de trabalho dos jovens em Portugal, devendo adaptar-se às necessidades dos jovens de hoje em dia, protegendo-os da exploração salarial, horária e psicológica." (sexo feminino, 23 anos, com a licenciatura, a estudar e à procura do 1º emprego- frequência de mestrado, Região de Lisboa)

"É necessário garantir qualidade de empregos e acabar com os estágios não remunerados mesmo que estes sejam curriculares e, especialmente nas grandes empresas que têm capacidade para pagar..." (sexo feminino, 24 anos, com licenciatura, a estudar e a realizar um estágio - frequência de mestrado e trabalhadora da juventude, Região de Lisboa)

Outro tema que também surgiu como um dos mais referidos foi a necessidade de melhorar o acesso ao emprego e as oportunidades de trabalho, para uma melhor empregabilidade e um combate ao desemprego. Neste âmbito, alguns mencionaram adicionalmente que a valorização das competências e escolaridade dos jovens é importante, assim como o acesso a emprego qualificados ou a informação ou formação sobre os empregos e processos de procura de emprego.

"Maioritariamente medidas de apoio ao emprego, existe muito desemprego jovem." (sexo feminino, 23 anos, com a licenciatura, a estudar - frequência de mestrado, Região de Lisboa)

"Literacia na área do trabalho (identificar condições precárias, saber negociar salários, reconhecer e identificar competências)." (sexo feminino, 27 anos, com o mestrado, a trabalhar como gestora de projeto, Região do Centro)

Ainda neste âmbito, uma parte relevante dos jovens destacou que a melhoria dessas oportunidades de emprego passa pelo apoio na procura ou entrada de um primeiro trabalho ou estágio. Mencionam a necessidade de apoiar a procura de trabalho para quem não tem ainda experiência, ou quem quer conciliar com os estudos, e sentem que faltam oportunidades que não envolvam apenas estágios mas sim uma integração após os estágios:

"O encontro de trabalhos iniciais, seja o 1º trabalho ou trabalhos com horários flexíveis para estudantes. Pessoalmente andei à procura de trabalhos para complementar despesas estudantis, mas sem sucesso durante bastante tempo." (sexo masculino, 27 anos, com uma pós-graduação, a estudar e à procura do 1º emprego-frequência de mestrado, Região do Norte)

"Facilitar o acesso ao mercado de trabalho de jovens recém formados/licenciados sem qualquer experiência de trabalho relevante na área." (sexo feminino, 23 anos, com a licenciatura, a fazer um estágio e à procura do 1º emprego, Região do Centro)

"Mais oportunidades de emprego fixo (não apenas estágio) para jovens no setor público." (género não binário, 23 anos, com a licenciatura, a estudar - frequência de mestrado, Região do Centro)

Surgiu também o tópico do apoio ao empreendedorismo, mas com bastante menos destaque do que os temas referidos acima.

A habitação

Sair ou ficar em casa dos pais

É familiar, muitas vezes até "notícia", a ideia de que os jovens em Portugal saem mais tarde de casa dos pais do que na grande maioria dos restantes países europeus. Embora muitas vezes se avance (infundadamente, diga-se) com explicações essencialistas, culturalistas ou familialistas, estudos comparativos com outros países, sobretudo europeus, iluminam os motivos estruturais por detrás da saída mais tardia de casa dos pais em Portugal (Nico, 2011). Na ausência de políticas eficazes de incentivo à autonomia residencial, a idade mais tarde de saída de casa dos pais explica-se sobretudo pela dependência desta transição na obtenção de rendimentos próprios e suficientes para – literalmente – sustentar tal decisão. Com o feliz prolongamento dos estudos numa camada já expressiva da população jovem - e certamente muito mais expressiva do que há algumas décadas atrás – a entrada no mercado de trabalho dá-se desde logo, e pelo menos em média, mais tarde. A entrada no mercado de trabalho, tardia que seja, também não é infelizmente garantia dessa autonomia, auto-suficiência e sustentabilidade financeira. O mercado de trabalho Português é marcado por enormes bolsas de precariedade, desde as profissões mais às menos qualificadas, e a média dos salários é também baixa quando comparada com muitos países europeus. Ademais, a precariedade afecta desproporcionalmente os jovens que, para além de entrarem no mercado de trabalho por via de trabalhos precários, neles permanecem por tempo indeterminado, inaugurando durações mais longas que as de décadas anteriores. De referir que processos como o PREVPAP excluíram, pela natureza dos requisitos, grande parte dos jovens, substituindo alguns vínculos precários por contratos de trabalho, mas não substituindo postos de trabalho precários por postos de outra natureza. Os jovens que mais tarde entraram no mercado de trabalho, voltaram a preencher postos de natureza precária. A precariedade não foi extinta. Por fim, a natureza do mercado de habitação em Portugal ainda está demasiado centrada na propriedade, e em contratos de arrendamento algo rígidos, e, portanto, pouco adequados a experiências residenciais mais transitórias como as que na juventude devem ser mais frequentes.

Em suma, e terminando naquilo que é do foro das políticas de juventude, novas e mais eficazes políticas de incentivo ao arrendamento jovem, ou à compra de casa, e políticas de habitação à escala mais local e para gente comum e gente jovem são absolutamente urgentes.



Contexto e Indicadores

A proporção de jovens a viver em casa própria tem vindo a diminuir ao longo das gerações. Assim sendo, o acesso à habitação, e de forma acessível, assim como as suas implicações para os rendimentos, carreiras profissional e planeamento familiar, é um dos maiores desafios para as políticas juvenis dirigidas aos jovens de agora (Conselho da Europa e Comissão Europeia, 2021).

Cerca de 57% dos jovens portugueses entre o 15 e os 34 anos reside em casa dos pais ou de outras pessoas da família e 29% vivem na sua própria casa em conjugalidade (FFMS, 2021). 9% partilham casa com outras pessoas ou vivem numa residência e 5% vive sozinho/a. Dos 34% que já saíram de casa dos pais, a média de idade em que saíram foi aos 22 anos. Estes dados mostram também que mais mulheres vivem em situação de conjugalidade do que homens, e que quanto mais alto o nível de escolaridade, maior a percentagem de jovens que já saíram de casa dos pais. Tal justifica-se de três formas. Uma, porque é muitas vezes precisamente para frequentar o ensino superior numa área diferente da sua área de residência que os jovens acabam por sair de casa dos pais, sobretudo ainda sem os rendimentos próprios para tal. É a chamada semi-autonomia habitacional. Duas, porque associado a uma mais elevada escolaridade vem uma maior abertura a estilos de vida onde a conjugalidade não é o centro e a justificação da saída de casa dos pais, sendo mais frequente que vivam sozinhos ou com colegas ou amigos. E terceira forma, porque quanto mais elevada a escolaridade, maior a tendência para a entrada no mercado de trabalho por via de uma ocupação putativamente mais qualificada e bem remunerada, o que por sua vez propicia a saída de casa dos pais (seja em que moldes – conjugais ou não – for).

O mesmo estudo (FFMS, 2021) indica que os jovens que vivem em casa dos pais podem ser agrupados em três tipos segundo o que sentem ser a idade ideal para saírem.

A maioria (43%), com uma média de idade de 23 anos, enquadra-se nos que acham que não há uma idade ideal para se sair de casa dos pais. Há um grupo de jovens mais novos (41%), entre os 19 e os 22 anos, que acham que ainda faltam alguns anos para sair de casa dos pais. Por fim, há um grupo de jovens (16%), com uma média de idade mais elevada, 26 anos, que acham que já superaram a idade para sair de casa dos pais – a maioria destes aponta a falta de trabalho e a instabilidade económica como principal fator para ainda viverem em casa dos pais.

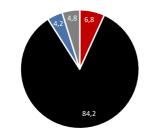
Portugal revela continuadamente uma média de saída de casa dos pais mais elevada do que os outros países Europeus. Dados da Eurostat, referentes a 2020, mostram que a média de idade para sair da casa dos pais para a Europa é de 26,4 anos. No entanto, há grandes disparidade geográficas. Os países do sul e de leste são os que apresentam as médias mais elevadas, próximas, igual ou acima dos 30 anos – em Portugal a média para o ano de 2020 é de 30 anos. Por contraste, os países escandinavos, do norte e oeste são os que apresentam as médias mais baixas – sendo a baixa a Suécia, em que os jovens saem em média aos 17,5 anos de idade. Adicionalmente, a média de idades de saída de casa dos pais em Portugal aumentou desde 2010 (em que era 28,7 anos), ao contrário da média europeia que diminuiu ligeiramente. Os dados também revelam disparidade de género, e em quase todos os países as mulheres saem de casa dos pais mais cedo do que os homens. Em Portugal, a média das mulheres é 29,1 anos e para os homens 31,0 – um gap que está na média europeia. Estes dados mostraram também uma correlação positiva e forte entre estas dimensões: nos países onde a média de idade para sair de casa é mais alta, a diferença de género é também maior.

Condições, composição e expectativas habitacionais

A grande maioria dos jovens (84,2%) vive em casa do agregado familiar, o que se justifica pela estrutura etária dos inquiridos deste estudo (Figura 4.21). Dos 15% que já não vivem na casa de origem, uma parte vive sozinho (6,8% da amostra). Dos outros que já não vivem em casa do agregado familiar e vive com outros, cerca de metade vive em

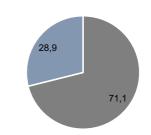
conjugalidade (representando 4,2% da amostra). Os 4,8% que vivem fora do agregado familiar e vivem num outro arranjo vivem maioritariamente com colegas de casa.

Figura 4.21 – Situação habitacional (%)



- Vive sozinho/a
- Vive em casa do agregado familiar
- Vive fora do agregado doméstico e em conjugalidade
- " Vive fora do agregado doméstico mas não em conjugalidade

Figura 4.22 -Preferência em viver em casa do agregado familiar (%)



Por opção própria
 Não é por opção própria

Dos jovens que vivem em casa do agregado familiar, a maioria vive com a mãe (93,7%) e com o pai (76,1%) ou com um ou mais irmãos (60,5%), revelando estruturas familiares razoavelmente tradicionais, inserindo-se nas designadas famílias nucleares (pai e/ou mãe e/ou irmão/s). Também 9,4% destes jovens vivem também com pelo menos um avô. Destes jovens que vivem com a família de origem, destaca-se também que cerca de 30% não vivem nesse arranjo por opção (Figura 4.22).

Dos jovens que não vivem em casa do agregado destaca-se que a maioria são os jovens mais velhos (68% têm mais de 22 anos) e com mais escolaridade (60 % já tem um curso superior). No entanto, mesmo nos mais velhos (dos 26 aos 30 anos) a maioria vive em casa do agregado familiar (61,2%) (Figura 4.23). E mesmo nos que já trabalham a maioria também vive em casa do agregado familiar (70,7%). Nestes que já trabalham, quem mora em casa do agregado recebe em média 656 euros mensais e quem já não vive em casa dos pais tem em média um rendimento bastante superior, 901 euros mensais. Isto confirma que o valor dos rendimentos salariais é um fator chave para promover a autonomia residencial.

Figura 4.23 – Viver/não viver em casa do agregado familiar por escalão etário, situação perante o trabalho e rendimento (% e médias)

	_					_
		Vive em casa do		Não vive em casa do		
		agregado familiar		agregado familiar		
		N	%	N	%	
Escalões etários	15-17	952	97,4	25	2,6	100%
	18-21	634	93,4	45	6,6	100%
	22-25	343	86	56	14	100%
	26-30	153	61,2	97	38,8	100%
Situação perante	Estuda	1738	93,1	129	6,9	100%
o trabalho	Trabalha	311	70,7	129	29,3	100%
Rendimento (líquido, ind,	(média)	309	656	128	907	

A preferência em viver em casa do agregado familiar é muito diferente consoante o escalão etário, sendo expressivamente menor à medida que a idade avança. Para os que têm 22 a 25 anos, 47,5% dos que vivem em casa do agregado familiar indicam que não é por opção própria (Figura 4.24). Já quem tem entre 26 a 30 anos mais do que metade, 60,1% indica o mesmo. Estes dados refletem que para estes jovens mais velhos uma parte relevante já não queria viver na casa do agregado familiar de origem, e que o farão por necessidade e por falta de recursos, e não por uma suposta frequência cultural ou familialista. Não se verificaram diferenças expressiva de género nestas questões de autonomia residencial, indicando que é uma problemática igualmente generalizada para ambos os sexos.

A

Figura 4.24 – Preferência por viver em casa do agregado familiar por escalão etário (%)

100

81,8

72,6

52,5

47,5

39,9

27,4

15-17

18-21

22-25

26-30

Vive em casa do agregado familiar por preferência

Não vive em casa do agregado familiar por preferência

Figura 4.25 -Razão principal para não sair de casa dos pais (%)



Dos jovens que ainda vivem em casa dos pais e que indicaram que não era a sua preferência (n=602), a larga maioria (71,9%) aponta razões financeiras, declarando que ainda não saíram da casa dos pais por não ter condições financeiras (Figura 3.5). Dos que reponderam outra situação, a maioria apontou achar que era muito novo para sair de casa dos pais. Estes dados da situação e autonomia habitacional, no seu conjunto, apontam para a existência de dificuldades sentidas pelos jovens na sua autonomização na esfera residencial.

Mesmo para os que vivem em casa dos pais não como preferência pessoal mas por falta de opções e recursos para saírem de casa dos pais, tal não quer dizer que estejam objectiva ou subjectivamente a viver mal em casa dos pais. A maioria dos jovens considera que vive em boas condições de habitabilidade, 62,8% declarando serem muito suficientes e 26,9% suficientes (Figura 4.26).



Figura 4.26 – Condições de habitabilidade (%)

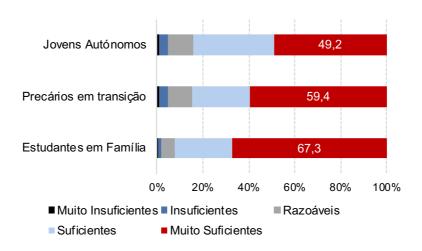
No entanto, a média desta satisfação com as condições de habitabilidade não é tão elevada para quem já não vive em casa do agregado familiar (4,1 para quem não vive em casa do agregado familiar e 4,6 para quem vivem em casa do agregado familiar, numa escala de 1 — Muito insuficientes a 5 — Muito suficientes). Estes dados confirmam-se também quando vemos estas proporções por fase de vida em que se encontram os jovens. À medida que os jovens se vão autonomizando e fazendo as suas transições para a vida adulta, a percentagem do que se declaram "muito satisfeitos" com as condições de habitabilidade decresce: sendo 63,3% para os estudantes em família, 59,4% para os precários em transição, e 49,2% para os jovens autónomos (Figura 4.27). Estes dados refletem as dificuldades dos jovens em obter habitação com condições condignas e



sugerem que os jovens ao sair de casa dos pais perdem muito do conforto habitacional que detinham. Parte desse decréscimo é expetável e compreensível, mas parte leva também as condições preocupantes em que os jovens vivem no início da sua vida muitas vezes conjugal e parental. Adicionalmente, os jovens residentes de concelhos designados de baixa densidade expressam mais que as suas condições de habitabilidade são "muito suficientes" – 69,6%, contrastando com os de conselhos de não baixa densidade em que uma menos proporção, 59,2% dizem o mesmo.



Figura 4.27 – Condições de habitabilidade por fase de vida juvenil (%)



A importância da habitação em discurso direto

A temática da habitação também surgiu como um dos temas destacados pelos jovens na identificação das medidas urgentes para a área da juventude. Muitos (cerca de 9%) referiram a habitação em geral como uma das áreas mais importantes para desenvolver medidas e políticas de juventude, como já havia acontecido em 2017.



Figura 4.28: Nuvem de palavras das respostas que continham conteúdo em relação à habitação (feito no wordart.com)



Quando especificavam as medidas para a habitação, muitos jovens referem-se à dimensão da acessibilidade à habitação. Dentro desta temática da acessibilidade o que mais surgiu foi a necessidade de haver preços de habitação acessíveis, mais baixo e controlados. Alguns jovens também mencionaram a necessidade de apoio à compra ou a créditos de habitação. Alguns exemplos:

"Baixar rendas para que seja possível sair de casa dos pais." (sexo feminino, 19 anos, com o 12º ano, a estudar - frequência de licenciatura, Região de Lisboa)

"Acesso a habitação de qualidade e a preços compatíveis com o rendimento de jovens trabalhadores." (sexo feminino, 24 anos, com a licenciatura, a trabalhar – técnica de prótese dentária, Região do Centro)

"... Melhorar as condições de acesso dos jovens a crédito bancário para a compra de habitação." (sexo masculino, 28 anos, com a mestrado, a trabalhar, Região do Norte)

Associados a isto, também alguns jovens se referiram a aspetos relacionados com a precariedade habitacional, nomeadamente em termos de garantir condições dignas de

habitação e estabilidade da habitação, assim como a necessidade de regular as habitações:

"Acesso a uma habitação com condições dignas de habitação ..." (sexo feminino, 28 anos, com a licenciatura, a estudar - frequência de mestrado, Região de Lisboa)

"Controlo dos valores das rendas - para jovens que estão a começar a vida laboral e têm que arrendar o seu próprio espaço, os valores das rendas são absurdamente altos, muitas vezes sem justificação (habitações velhas/que não justificam tais valores)..." (sexo masculino, 30 anos, com a licenciatura, a estudar - frequência de mestrado, Região do Norte)

Um outro tema que foi bastante mencionado, também devido às características sociodemográficas dos inquiridos, foram as preocupações com a garantia de habitação para estudantes. Alguns exemplos:

"... mais oportunidades de habitação para estudantes fora do distrito de residência..." (sexo feminino, 19 anos, com o 12º ano, a estudar e à procura do 1º emprego-frequência de licenciatura)

"...gratuitidade das residências de estudantes e/ou maior complemento de deslocação..." (sexo masculino, 23 anos, com a licenciatura, a estudar e à procura do 1º emprego - frequência de mestrado, Região de Lisboa)

"Criação de apoios para jovens estudantes, seja através do alargamento da abrangência das bolsas de estudo, seja pelo reforço das habitações estudantis. Mais importante: regulação e inspeção do arrendamento para evitar situações de completa extorsão..." (sexo masculino, 24 anos, com a licenciatura, a estudar e a trabalhar - frequência de licenciatura e operador, Região do Centro)

E por fim, alguns mencionaram sugestões a serem implementadas em medidas para a habitação jovem já existentes, como a Porta 65:

"Melhorar programas de habitação acessível do Estado ..." (sexo feminino, 28 anos, com a licenciatura, a estudar e a trabalhar - frequência de mestrado e consultora, Região de Lisboa)

"Aumentar as rendas máximas e a dotação orçamental do programa Porta 65..." (sexo masculino, 28 anos, com mestrado, a trabalhar, Região do Norte)

"Atualizar os valores de rendas para que todos os jovens possam usufruir do Porta 65." (sexo feminino, 25 anos, com mestrado, a trabalhar - contabilista, Região de Lisboa)

5. OS JOVENS VISTOS POR DENTRO bem-estar, opiniões, expectativas, valores

"Apoios a saúde, bem-estar, de direitos humanos, de igualdade de oportunidades e de não discriminação" (20 anos, com o 12º ano, a estudar na licenciatura, Região de Lisboa)

When day comes we ask ourselves,
where can we find light in this never-ending shade?
The loss we carry,
a sea we must wade.
We've braved the belly of the beast,
We've learned that quiet isn't always peace,
and the norms and notions
of what just is
isn't always just-ice.
Amanda Gorman, Poema da Inauguração da Administração Biden, 2021

Nesta secção, pretende-se analisar as vidas dos jovens partindo de uma perspetiva menos sectorial e mais interna aos próprios jovens. Recorre-se a indicadores que são por natureza mais subjetivos mas que objetivamente impactam na forma como os jovens vivem atualmente a sua vida, e nos instrumentos a que recorrem para se sentir bem no futuro a curto prazo. São temas como a saúde mental e física, a satisfação com a vida, a experiência de bullying, e o impacto auto-determinado da pandemia. Consiste na análise das respostas às perguntas mais diretas a informadores privilegiados sobre sentimentos, expectativas e prioridades da juventude: os próprios jovens. Ninguém saberá explicar melhor.

Saúde Física e Mental

Acesso à saúde juvenil, física e mental

Um dos compromissos assumidos na Declaração Lisboa+21 sobre Políticas e Programa para a Juventude (2019) centra-se na saúde. Aqui foca-se a importância de abordar os determinantes sociais de saúde e bem-estar dos jovens; a promoção de um acesso universal a serviços de saúde; assim como a asseguração da sensibilização às questões de saúde mental dos jovens. No decorrer de uma pandemia, nunca se tornou tão óbvia a necessidade de focar a condição juvenil ora no acesso aos serviços de saúde, ora na saúde mental.

A categoria de ser jovem é muitas vezes associada a saúde, vitalidade, boa forma e bem-estar (Ferreira, 2011). De um modo geral, os jovens reportam melhores níveis de saúde (subjetiva) do que os grupos mais velhos da população. Dados da Eurostat (2020) revelam que mais de 90% dos jovens entre os 16 e os 29 anos reportam boa ou muito boa saúde, sendo que em Portugal essa percentagem é mais baixa do que a média europeia (83%). Esta auto perceção de saúde depende também dos rendimentos — quanto mais elevado o nível de rendimento, maior a probabilidade do jovem declarar tem em uma boa ou muito boa saúde. Há também a tendência dos rapazes declararem níveis ligeiramente mais altos de saúde subjetiva do que as raparigas. Saúde e envelhecimento

caminham de costas voltadas, sendo a sua relação inversamente proporcional de uma forma geral, o que não é surpreendente.

No entanto, esta associação entre ser-se jovem e ser-se saudável — associando a juventude a um aspeto saudável, um corpo musculado, bronzeado, atraente, etc. - pode também traduzir-se numa pressão para se encaixar num ideal de robustez menta e performance física, e a determinados perfis de estilo e a certas aparências físicas. Essa pressão, que ainda continua a afetar mais as mulheres do que os homens, pode levar, e leva frequentemente, a distúrbios e sofrimentos psicológicos. A saúde mental, mais especificamente, é um dos aspetos chaves a considerar na avaliação das vidas juvenis, não só por relação a estas questões do corpo e imagem, mas relativamente à pressão da performance escolar ou profissional, e por questões relacionais, de sexualidade, ou amorosas, com as quais os jovens podem ter alguma dificuldade em lidar, muitas vezes pelas primeiras vezes nas suas vidas. Impulsionado por uma nova narrativa que surgiu das crescentes problemáticas de saúde mental entre os jovens (Eckersley, 2011), a agenda científica e política das áreas juvenis tem-se focado na saúde, bem-estar e outros aspetos relacionados com a dimensão emocional dos jovens.

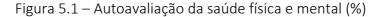
Mais recentemente, e adicionalmente, com a pandemia da covid-19, estas preocupações adensaram-se. Vários estudos têm demonstrado como os jovens foram os que mais sentiram, de um ponto de vista subjetivo, a sua saúde mental deteriorar com a pandemia. Por exemplo, os jovens são mais suscetíveis aos impactos negativos psicológicos da pandemia, nomeadamente traduzindo-se num aumento de taxas de suicídio (O'Connor et al., 2021; Every-Palmer et al., 2020).

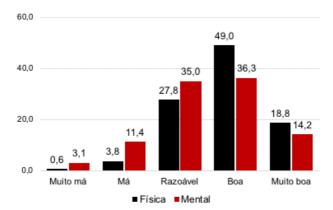
Saúde mental e física ao longo da(s) vida(s)

De uma forma geral, a maioria dos jovens posicionam-se em níveis elevados relativamente à sua saúde física e mental. No entanto, estas proporção são diferentes entre a saúde física e a saúde mental — os jovens expressam uma autoavaliação da saúde mental mais baixa do que da sua saúde física (Figura 5.1). Quase 50% dos inquiridos classifica a sua saúde física como "boa", e se juntarmos a categorias "muito boa", totalizase 67,8% dos jovens. Em relação à saúde mental estas proporções são menores (36,3% e

14,2%, totalizando 50%). As proporções são mais elevadas nos jovens que dizem que a sua saúde mental está razoável, má ou muito má (35,0%, 11,% e 3,1%, respetivamente). A juventude e a saúde física estão "naturalmente" vinculados, e contam ainda com a prática e promoção do desporto nestas camadas etárias: seja à escala micro (na escola, entre pares, nas redes sociais), seja numa escala mais institucional (em Portugal o Instituto da Juventude é também o do Desporto). Mas no caso da saúde mental, as prioridades têm sido mais associadas — compreensivelmente - a outros escalões etários. Este, o da pandemia, será o *momentum* para alterar esse paradigma e para trabalhar para objetivos de saúde mental ao longo da vida, e desde cedo na mesma.







Vendo estes dados por ciclo de vida, verificamos que os jovens em transição são os que apresentam níveis ligeiramente mais baixos de autoavaliação de saúde física e mental (médias de 3,7 e 3,3, respetivamente, numa escala de 1 – "muito má" a 5 – "muito boa"). Encontram-se em situações mais precárias e instáveis, e isso certamente levará a níveis mais elevados de ansiedade e nervosismo, o que leva a condições variavelmente diagnosticadas de ansiedade, fobias, depressões, e outras situações preocupantes e muitas vezes socialmente incapacitantes (com impacto no desempenho escolar, profissional e nas sociabilidades). Os jovens estudantes que ainda vivem em casa com a família apresentam níveis mais elevados de saúde física e mental (3,9 e 3,5), ao se encontrarem, por via também da própria idade (pois são mais jovens), em contextos e momentos de vida mais protegidos das grandes decisões e obstáculos na transição para a vida adulta. Os jovens já autónomos destacam-se por apresentarem médias de saúde

física e mental mais próximas, não tendo uma diferença tão evidente de uma saúde física acima da saúde mental como os outros grupos. (Figura 5.2).

As diferenças por género são relevantes. Os jovens rapazes apresentam também níveis mais elevados e com menor diferença entre a perceção de saúde física e mental face às raparigas. Isto significa que as raparigas têm menor saúde física e mental subjetiva, sendo a mental ainda algo menor (média de 3,4 para a saúde mental e média de 3,8 para a saúde física). (Figura 5.3).

Os dados cruzados por escolaridade não mostraram grande diferenças entre perceções de saúde, embora os jovens que detêm licenciatura apresentaram médias relativamente menores, face aos que têm até o 12º ano e os que têm mestrado ou doutoramento (que por sua vez se encontram em momentos ainda relativamente anteriores à entrada no mercado de trabalho, e em momento de investimento nas trajetórias educativas, respetivamente). Existe a ideia de que os jovens que, apesar de tudo, concluíram uma licenciatura, se encontram melhor preparados para o mercado de trabalho. Está correta, do ponto de vista formal. No entanto, não exclui uma outra, a de que a atenção a estes jovens é muitas vezes desviada ou diminuta. São o "missing middle" (Roberts, 2013), ao qual o Plano Nacional de Juventude deve desviar grande parte da sua atenção e políticas, por também serem uma parte quantitativamente e qualitativamente importante desta geração de jovens.

Por fim, verificamos que os jovens que residem em concelhos com mais densidade destacam-se por relatarem uma saúde mental mais baixa (média de 3,4 face aos jovens de concelhos de baixa densidade que têm uma média de 3,61), enquanto que na saúde física não se verificaram estas diferenças. (Figura 5.4). Se nos concelhos com menor densidade, o investimento e desenho de políticas públicas deverá ser muito ao nível do mercado de trabalho, nos concelhos mais urbanos, esse investimento deverá recair também em bolsas de baixos níveis de stress. A situação pandémica, e os confinamentos e restrições que se fizeram e fazem sentir de forma diferenciada nos locais mais urbanos, poderão ter tido efeito nas respostas recolhidas.

Figura 5.2 – Autoavaliação da saúde física e mental (médias) por ciclo de vida

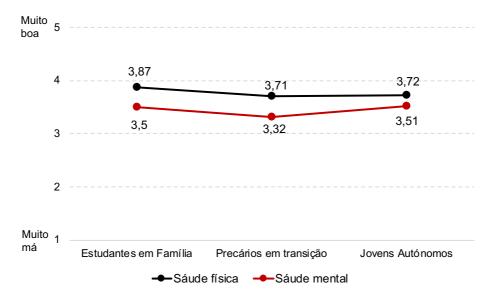


Figura 5.3 – Autoavaliação da saúde física e mental (médias) por sexo

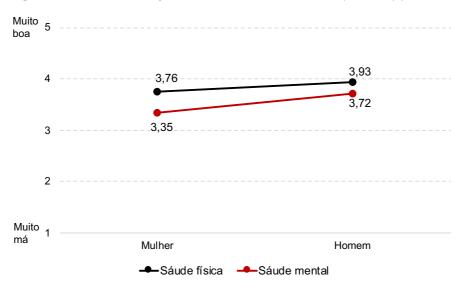
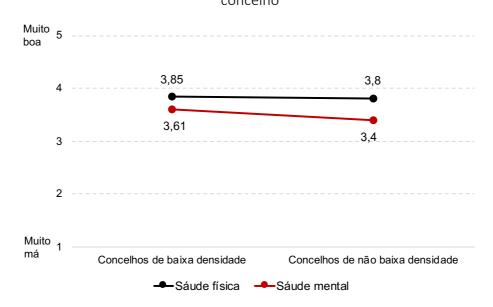


Figura 5.4 – Autoavaliação da saúde física e mental (médias) por densidade de concelho



A saúde em discurso direto

A saúde e o bem-estar foi também uma das áreas referida pelos jovens para as medidas a adotar de forma urgente para a juventude. Muitos jovens (cerca de 8%) referiram a saúde e o bem-estar em geral como uma área relevante para a políticas de juventude:

"Saúde e bem-estar. (mental, psicológica, física e espiritual)" (sexo masculino, 22 anos, com o 12º ano, a trabalhar como auxiliar de armazém, região de Lisboa)

Dentro desta temática da saúde e bem-estar, vários jovens destacaram a centralidade da saúde mental e apoio para a mesma. Alguns especificaram aspetos a destacar para o apoio à saúde mental, como um maior e melhor acesso aos seus serviços e cuidados (a serviços clínicos psicológicos) e de forma mais universal. Outros especificaram a aposta na educação e prevenção para a saúde mental.

"... apoio psicológico no SNS que chegue a todos atempadamente." (sexo feminino, 25 anos, com a licenciatura, a trabalhar como fisioterapeuta, região de Lisboa)

"Acesso a serviços de saúde mental, de forma gratuita." (sexo feminino, 30 anos, com o mestrado, a trabalhar- técnica superior de educação, região do Centro)

"Maior apoio à saúde psicológica (nomeadamente na prevenção da depressão e do suicídio)" (sexo masculino, 21 anos, com a licenciatura, a estudar e a trabalhar - a frequentar o mestrado e bolseiro de investigação, região do Norte)

Também houve quem destacasse a importância de monitorização da saúde mental como consequência da pandemia ou nos contextos escolares e laborais.

"Melhorar o sistema de ensino universitário, a quantidade de estudantes que sofrem de burnout é alarmante e não conheço ninguém que não tenha experenciado um declínio na sua saúde mental." (sexo feminino, 23 anos, com a licenciatura, a estudar e a fazer um estágio – a frequentar mestrado e a trabalhar como designer, região do Centro)

Como referido acima, a temática da saúde mental tem vindo a ser destacada na juventude, mas com a pandemia e decorrentes confinamentos, esta centralidade tem sido ainda mais destacada com os impactos na deterioração da sua saúde mental. É necessário que se faça a monotorização da evolução da saúde mental dos jovens nos vários processos da pandemia e da integração nas escolas e no trabalho e nas práticas de sociabilidade e lazer. Um maior acesso, presença e disseminação de apoio clínico psicológicas nas escolas e outros contextos juvenis são também cruciais para esta monitorização e ação. Adicionalmente seria de dar relevo e salutar uma articulação entre o Plano Nacional de Saúde Mental e o Plano Nacional de Juventude.

Satisfação com a Vida

Satisfação com a vida, felicidade e desigualdades

A satisfação com a vida é um dos possíveis indicadores de integração social de uma sociedade. De acordo com o EU-SILC (2018) os níveis de satisfação da população europeia a 27 diminui com a idade, sendo que na maioria dos países são os jovens os que apresentam valores globais de satisfação com a vida ou felicidade mais elevados.

Em Portugal, os homens jovens sentem-se mais felizes com a vida do que as jovens mulheres (FFMS, 2021). Entre as jovens mulheres, 39% diz sentir-se feliz ou muito feliz com a vida, enquanto que entre os jovens homens essa proporção é maior, 41%. E para ambos os sexos, um dos aspetos que mais influencia este grau de felicidade com a vida (tanto em termos negativos como positivos) é o que sentem em relação ao seu aspeto físicos e bem-estar. Isto salienta a pressão e preocupação que os jovens sentem para se enquadrarem em relação ao seu aspeto física, como já foi abordado na secção anterior. Sendo por isso também relevante e central o tema da saúde mental para os níveis de satisfação com a vida.

Por outro lado, há uma ênfase na responsabilização individual para justificar as satisfações com a vida, que pode ser interpretada como uma falácia (epistomológica da modernidade tardia) (Furlong e Cartmel, 2007). O processo de individualização do risco pode fazer com que os jovens interpretem os seus percursos a um nível individual e como resultado quase exclusivo das suas ações individuais, em vez de serem enquadrados como resultados dos contextos sociais, económicos e políticos em que se inserem. Isso esvazia, por um lado, a motivação por participação em políticas públicas e por combate às desigualdades — que se podem julgar inúteis ou para pessoas em piores/más condições de vida, e por outro, a auto-estima e resiliência para alcançar os desejados níveis de satisfação com o decorrer e rumo da vida.

O Estado da minha vida

De uma forma global, os jovens demonstram uma satisfação elevada com as suas circunstâncias de vida — escolares, laborais, financeiras, habitacionais, familiares e de saúde. A maioria, 42,4% diz estar "satisfeito/a" com a sua vida (Figura 5.5). Se juntarmos aos que dizem estar "muito satisfeito/a", o total é de 64% dos jovens. Há uma percentagem baixa de jovens que se declara "nada satisfeito". Estes graus de satisfação variam consoante a fase de vida do jovem (Figura 5.6). Nos jovens mais novos, que ainda não trabalham e vivem em casa dos pais, o grau de satisfação é, em média, mais elevado (3,9 numa escala de 1 — Nada satisfeito a 5 — Muito satisfeito). Os jovens em transição ou já autónomos apresentam uma média de satisfação com a vida menor — em torno dos 3,4 na mesma escala. Esta menor satisfação provavelmente reflete os desafios e dificuldades que vão sentido nesse processo de autonomização e nas diferentes esferas que surgem — trabalho, habitação, etc. Não se verificaram diferenças relevantes entre homens e mulheres, no entanto, os que se identificaram com género não binário ou outra identificação de género apresentam níveis de satisfação mais baixo, em torno dos 3,25.



Figura 5.5 - Grau de satisfação geral com as circunstâncias de vida (%)

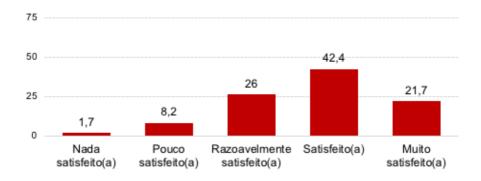
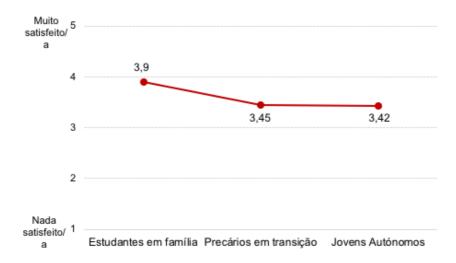


Figura 5.6 – Satisfação geral com a vida por ciclo de vida (médias)



No entanto, deverão ser tidas em conta as razões que os jovens apontam para estes mesmos níveis de satisfação (Figura 5.7). Mais de metade dos jovens atribuem a si mesmos uma responsabilidade individual pela sua satisfação de vida (45,8% maioritariamente e 10,1% totalmente). Isto reflete a tendência que se tem verificado ao longo das gerações dos jovens se responsabilizarem predominantemente (às suas ações e à sua agência) por fenómenos ou processo globais e coletivos (como o desemprego, as dificuldades económicas ou de inserção no mercado de trabalho). Os dados sugerem que os homens incorporam mais essa perspetiva de responsabilização individual do que as mulheres (2,36 em média para os homens e 2,43 em média para as mulheres, numa escala de 1 – totalmente as ações individuais a 4 – totalmente as circunstâncias ou contextos). Os jovens já autónomos, que são os mais velhos, que já estão a trabalhar e que já vivem fora da família de origem também se tendem ligeiramente mais para a responsabilização individual (2,38 em média), mas curiosa e felizmente os que se encontram em situações laborais e familiares mais precárias e em processo de transição mais imprevisível reconhecem mais os impactos das circunstâncias de vida ou dos contextos envolventes nas suas vidas (2,43 me média).



Figura 5.7– Razões que justificam essa satisfação (%)

Bullying

Bullying e a sua crescente preocupação

O *bullying* comporta um conjunto de agressões entre pares, que é continuado, pressupões um desequilibro de poderes, e causa mau estar e sofrimento à vítima (APAV). Destaca-se o espaço escolar para a ocorrência do bullying, e em particular onde há menos supervisão como os percursos para a escola ou os intervalos. Abarca diferentes formas, físicas ou verbais. E tem grandes impactos nas aprendizagens e bem-estar das crianças e dos jovens.

Segundo um relatório da UNICEF (2018), metade dos alunos com idade entre os 13 e os 15 relatam ter já passado por uma situação de violência entre pares na escola. Em Portugal, segundo o estudo "EU Kids Online" (2019), quase uma em cada quatro crianças/jovens afirmou ter ser vítimas de bullying (proporção bem mais elevada do que a identificada em 2014 que era de 10%). Além disso, aumenta com a idade dos jovens.

Com a pandemia, a incidência do cyberbullying aumentou – deixando os jovens mais vulneráveis e expostos a este tipo de agressão. Sendo os estudantes com rendimentos familiares mais baixos e os LGBT os maiores alvos de ataques (Iscte-IUL, 2020).

Incidência e desigualdades de género

Uma percentagem preocupante dos jovens inquiridos declarou já rer sofrido alguma ação de bullying ou agressão – 39% (Figura 5.8). Mais raparigas do que homens o declararam (42,2% das raparigas e 31,3% dos rapazes). Destacam-se também proporções muito maiores destas incidências, afetando a maioria dos jovens, para quem se declarou como tendo outra identidade de género (57,1% já foram agredidos ou sofreram de bullying) e quem se declarou como tendo um género não binário (76,9% deste já foram agredidos ou sofreram de bullying). E também são mais os jovens que residem em concelhos de não baixa densidade (41,6%)- A faixa etária com a maior proporção de jovens a declarar ter sofrido algum tipo de agressão ou bullying é nos 18-21 anos (46,5%), a que frequenta o ensino superior.



Camadas minoritárias, neste caso de género, são tratadas de forma discriminatória, desproporcionalmente. Tal vem reforçar, na ótica dos direitos humanos, a necessidade de se cumprirem os conteúdos programáticos da educação para a igualdade de género nas escolas Portuguesas.



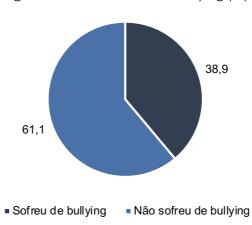


Figura 5.8 – Sofrimento de bullying (%)

Para os que sofrem de bullying, a forma mais comum é pela agressão verbal, com um pouco mais de um terço dos jovens a ter declarado que já sofreu esta forma de bullying (34,9%) (Figura 5.9). Além de mais comum, esta forma de agressão é também a mais



difícil de detetar e monitorizar, e portanto, de medir os seus impactos. Vendo esta proporções por sexo, verificamos que as raparigas apresentam maiores incidências em todos os tipos de bullying, menos na agressão física. A diferença de uma maior incidência nas raparigas é também mais visível na forma de agressão verbal (Figura 5.10). A forma de agressão pelo discurso de ódio é particularmente incidente nos jovens de género não binário (53,9%).

Agressão Verbal

Agressão física

12,65

Discurso de ódio

12,08

Cyberbulling

10,16

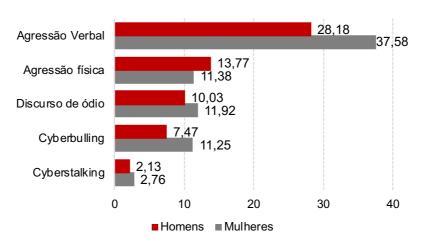
Cyberstalking

2,76

0 10 20 30 40

Figura 5.9– Formas de bullying sofrido (%)





Dada esta incidência tão comum de experiências de agressões ou bullying, é necessário apostar em ações de sensibilização a serem feitas nas comunidades escolares, e com foco também nas universidades, onde atividades como as praxes ou similares devem ser



contrabalançadas com comissões anti-bullying. É precisa também atenção especial aos grupos de jovens mais vulneráveis a sofrerem agressões ou bullying, como é o caso dos jovens com identidades de género ou sexuais não normativas.

Impacto da Pandemia

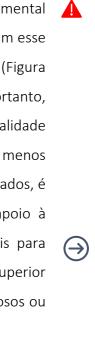
Visibilidade e invisibilidades

Vários estudos têm apontado os jovens como um dos grupos mais vulneráveis aos efeitos da pandemia. Além dos impactos já referido na deterioração da sua saúde mental, os jovens foram muito expostos aos efeitos colaterais dos confinamentos: na medida em que vários aspetos das suas vidas e suas transições foram muito perturbadas, como as escolas, os processos de integração laboral, os contextos relacionais e de lazer, etc. Dados da Eurostat (2020) mostraram como os jovens sofreram mais perdas de emprego, mais situações de lay-off e mais perdas de rendimentos, traduzindo-se em maiores vulnerabilidade e risco de pobreza.

Tem também havido críticas sobre como os jovens não têm sido ouvidos ou vistos nos espaços mediáticos ou de tomadas de decisão sobre medidas da pandemia que têm impactos muito grandes nos seus contextos. Muitos têm chamado a atenção a ausência doas perspetivas e contribuições dos jovens na pandemia e têm defendido que os jovens precisam de ser ouvidos e envolvidos nos assuntos que tão diretamente lhes dizem respeito, de forma a agira e reagir mais adequadamente às suas necessidades e dificuldades específicas (Efuribe et al., 2020; Rolls, 2020). Pretendemos por isso preencher também esta lacuna de informação e explorar quais as áreas em que os jovens mais sentiram o impacto da pandemia para identificar quais são as mais urgentes de intervenção para atenuar os seus efeitos.

Impactos relatados e imaginados

Quando questionados sobre em que medida é que as diversas áreas da sua vida foram afetadas pela pandemia, estes jovens identificam as atividades de lazer, a saúde mental e o percurso educacional e laboral como as esferas de vidas em que mais sentiram esse impacto (médias acima de 2,5 na escala de 1 (nada afetada) a 4 (muito afetada) (Figura 5.11). Vemos que as transições escolares e de integração escolares foram, portanto, atingidas com a pandemia, enquanto outro tipo de transições, como as da parentalidade ou as habitacionais não sofreram tanto impacto — são as áreas referidas como menos afetadas. Mesmo não sendo os impactos da pandemia auto-relatados muito elevados, é necessário pensar e desenhar planos de recuperação escolar e planos de apoio à integração no mercado de trabalho (incluindo, por exemplo, incentivos fiscais para empregadores a estes jovens que saem da escolaridade obrigatória ou do ensino superior durante o período da pandemia), até porque os efeitos são muitas vezes silenciosos ou tardios, não sendo percetíveis aos próprios imediatamente.



Nada afetada 1

A minha O meu percurso A minha As relações com A minha saúde As relações com O meu percurso O meu percurso A minha saúde As m

Figura 5.11 – Impactos auto-relatados da pandemia (médias)

A avaliação dos diferentes impactos da pandemia releva uma consistência entre esferas de vida para os perfis de ciclo de vida dos jovens inquiridos. A única exceção é a das preocupações relacionadas com o percurso escolar que naturalmente afetam menos os jovens que já estão autónomos e que já não se encontram a estudar.

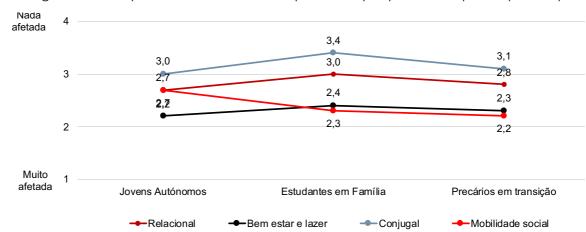


Figura 5.12 – Impactos auto-relatados da pandemia por perfil de inquirido (médias)

Expectativas face ao Futuro

Expetativas, preocupações e projeções: a importância hoje

É também relevante abordar os jovens pela construção das suas expectativas para o seu futuro e para o futuro da juventude em geral. Além de poderem refletir os contextos sociais, culturais, económicos e políticos das novas gerações, podem também indicar-nos pistas para as mudanças que ocorrem as suas prioridades e nas causas que os movem.

O termo "participação" é deveras discutido no sector da juventude, e muito pelos próprios jovens, que questionam frequentemente se existem as estruturas para uma real e consequente participação. A discussão é mais ocupada política do que cientificamente, onde a flexibilidade e abertura face à co-existência e co-legitimação de várias formas de participação são aceites e analisadas. Menos espaço do debate seja político, seja científico, ocupa a questão dos valores, das causas, daquilo que move as pessoas a agir individual ou coletivamente de uma determinada forma (Nico, 2019). Contudo, conhecer as expectativas, preocupações que os indivíduos têm hoje permite-nos posicionar melhor os seus potenciais futuros.

O futuro com os dois olhos abertos

Ao reportarem os seus níveis de preocupação em relação ao futuro, verificamos que, por um lado, as questões financeiras e laborais são aspetos centrais nas preocupações futuras para os jovens (médias de 3,7 numa escala de 1 -nada preocupado, a 5 — muito preocupado) (Figura 5.13). Por outro, observa-se que a sua própria sobrevivência é o que mais os preocupa, logo seguido por uma preocupação mais generalizada com os jovens na sua globalidade. Os jovens que os rodeiam (conhecidos) ou os aspetos da esfera familiar não são áreas de tanta preocupação. Estes dados salientam, portanto, que os jovens ao mesmo tempo que estão preocupados com grandes causas, problemas, direitos humanos e com a juventude global, estão também preocupados com as suas próprias circunstâncias e constrangimentos de vida.

Assim sendo, o Plano Nacional de Juventude, e as políticas de juventude de uma forma mais global, deverão integrar esses dois níveis de preocupações e olhar para o futuro com os dois olhos abertos: por um lado, a questão da subsistência ao nível individual, por outro, a sustentabilidade da mesma, seja a nível nacional seja a um nível identitário mais profundo, ao nível da juventude global.

É de referir ainda que esta não é a primeira vez nestes resultados que vemos os jovens a saírem de si, das suas vidas privadas e individuais, e projetarem as suas prioridades em direção a problemas gerais, globais, estruturais, fugindo ao estereótipos do suposto individualismo que caracterizará, no senso comum, as mais recentes gerações jovens.

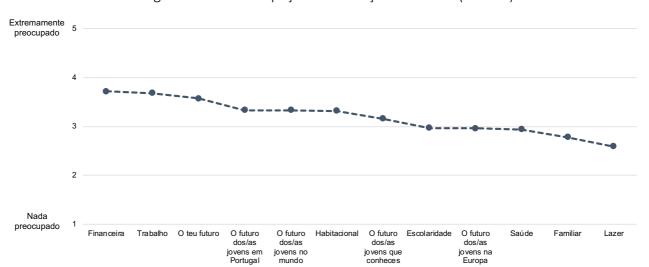


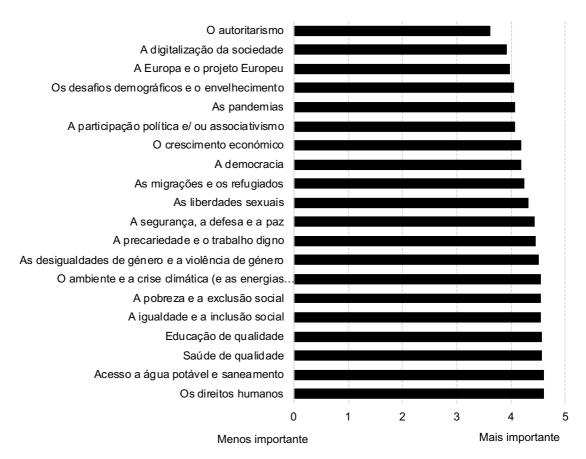
Figura 5.13 – Preocupações em relação ao futuro (médias)

Os jovens inquiridos atribuíram importâncias elevadas a quase todos os temas listados. No entanto, podemos verificar que a questões da participação política, da digitalização ou da demografia, bandeiras do sector, não são, comparativamente e outros temas, tão valorizados (Figura 5.14). Os jovens valorizam com maior afinco as questões em torno das causas sociais ou dos direitos essenciais: como os direitos humanos, a saúde, a educação, a pobreza, a igualdade, o ambiente, e o trabalho digno. Serão, portanto, estes os temas que o Plano Nacional de Juventude deverá também abordar para ir de encontro às causas socais globais que jovens acham mais importantes para o futuro da juventude.

Mesmo que não possam haver políticas ou programas que estejam direcionados para a resolução destes problemas, muitas das ações de educação não formal e mesmo de educação formal que podem ser desenvolvidas deverão ter estes temas como alvo de: informação, consciencialização, engajamento.







6. O FUTURO EM CAUSA

Um relatório de análise de dados (neste caso, quantitativos) mesmo tratando-se de um instrumento de apoio ao desenho de um instrumento político como é o II Plano Nacional de Juventude, talvez até precisamente por isso, quer-se objetivo. Em vários momentos do processo de desenho do questionário, distribuição das tarefas, análise dos dados, ou apresentação dos mesmos, pautámo-nos pela renúncia a fazer comentários políticos ou politizados. Tentámos separar dados de ideologia, ciência de política. Mas ser objetivo não é ser neutro. Ser cientificamente objetivo implica analisar estes dados emprestandolhes o contexto global da juventude, as reflexões e debates dos estudos de juventude, e a empatia pelas histórias que, mesmo que anonimamente e de forma incompleta, nos foram contadas. 2499 delas. E, por isso, mais do que resumir alguns dos resultados quase que sectorialmente como fizemos no início deste relatório, vamos tentar dar o exemplo de arrojo que, durante o relatório, afirmámos ser necessário ter neste que já é o segundo Plano Nacional de Juventude em Portugal: para tomar posições, para assumir causas, para desenhar agenda, para não resistir, pelo contrário, à mudança social. É essa a principal homenagem à juventude: aceitar que ela está sempre à frente do seu tempo. Tentar acompanhá-la.

Assim, mais do que conclusões, ou mesmo recomendações, nesta secção pretende-se assumir que, com base na análise dos resultados recolhidos, o futuro da juventude está em causa(s)

O efeito da **escola** o longo da vida

Fala-se de aprendizagem ao longo da vida. Mas o efeito da escola, sobretudo da sua interrupção, também se faz sentir ao longo da vida. Os jovens que interrompem os seus estudos precocemente - para os seus desejos e capacidades - fazem-no por defeitos estruturais e não individuais (mesmo que os próprios julguem ser). Devem, por isso existir mais e melhores instrumentos de compatibilidade entre subsistência e escolaridade, e o valor e o efeito da escola, como formadora formal e informal de indivíduos, deve ser sublinhado e disseminado, na teoria e na prática, diretamente aos jovens, e indiretamente aos seus encarregados de, precisamente, educação.

As desigualdades de **género(s)**

Uma amostra pequena, jovem, e homogénea e ainda assim, este relatório sobre juventude, é pincelado frequentemente por desigualdades de género entre homens e mulheres, e indícios de discriminação de jovens que se identificam com género não binário. A discussão, condicionada por um raciocínio mutuamente exclusivo, sobre se a educação sobre direitos humanos cabe às famílias ou ao Estado, por via das escolas ou outras instituições sociais, é vã. As desigualdades de género estão encrustadas na sociedade, é um problema sério e profundo, e deve ser cercado pelo maior número possível de instituições sociais. A começar pela escola, que como denominadora comum que consegue ser, tem esse poder e essa responsabilidade.

Direito a conhecer os direitos

A falta de acesso a (informação sobre os) direitos humanos - de trabalho, de habitação, especificamente juvenis, civis, etc. — é o maior antídoto ao engajamento (seja ela performatizado ou não, seja uma participação mensurável ou não). É também o maior obstáculo ao combate às desigualdades. A dissonância entre a importância e a prioridade que os jovens dão aos direitos humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação, e a informação que têm de programas e políticas básicas a que facilmente teriam acesso e tirariam proveito é gritante. Ao Plano — à implementação das medidas e às medidas propriamente dita - cabe a ponte, robusta e sustentável, capaz de percorrer e diminuir esta distância.

O **mundo** cabe na juventude

Alguns resultados deste questionário vieram demonstrar a maturidade dos jovens, a leitura que são capazes de fazer dos problemas globais e reais, mesmo que não necessariamente seus. Os problemas *entre* os jovens e não *dos* jovens: as desigualdades e os direitos humanos. Vieram mostrar como o jovem comum pode sair de si para olhar para a geração a que putativamente pertence, a vários níveis: nacional, global. Um Plano Nacional de Juventude deve ser endereçado aos problemas reais dos jovens desse território: educação, trabalho, saúde habitação. Mas não deve sucumbir a esse nacionalismo metodológico. Deve saber que na juventude portuguesa, cabe o mundo e os seus globais desafios: direitos humanos e desigualdades. E abraçar essas causas.

7. REFERÊNCIAS

- Alves, N. A., et al. (2011). *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro.*Lisboa: Mundos Sociais.
- Atkinson, P., & Silverman, D. (1997). Kundera's Immortality: The interview society and the invention of the self. *Qualitative inquiry*, *3*(3), 304-325.
- Bourdieu, P. (1980). A opinião pública não existe. *Questões de sociologia*, 173.
- Burrowes, A. et al. (2007). A toolkit on quality standards for youth policy. European Youth Forum.
- Council of Europe. (n.d.). About youth policy. www.coe.int. Retrieved December 17, 2021, from https://www.coe.int/en/web/youth/about-youth-policy
- Eckersley, R. (2011). A new narrative of young people's health and well-being. *Journal of Youth Studies, 14*(5), 627-638.
- Efuribe, C., Barre-Hemingway, M., Vaghefi, E., & Suleiman, A. B. (2020). Coping with the COVID-19 crisis: A call for youth engagement and the inclusion of young people in matters that affect their lives. *The Journal of Adolescent Health, 67*(1), 16-17.
- Elchardus, M., & Smits, W. (2006). The persistence of the standardized life cycle. *Time & Society*, 15(2-3), 303-326.
- Every-Palmer, S. et al. (2020). Psychological distress, anxiety, family violence, suicidality, and wellbeing in New Zealand during the COVID-19 lockdown: A cross-sectional study. *PLoS one*, *15*(11), e0241658.
- Ferreira, V. S. (2011). Modas e modos: A privatização do corpo no espaço público português. In Mattoso, J. (Dir.). *História da vida privada: Os nossos dias* (pp. 242-276). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Furlong, A. (ed.) (2009). *Handbook of Youth and Young Adulthood: New perspectives and agendas*. London, Routledge.
- Furlong, A., & Cartmel, F. (2006). *Young people and social change*. McGraw-Hill Education (UK).
- Giddens, A. (1989). A Constituição da Sociedade. Livraria Martins Fontes.
- Giddens, A. (1998). As Consequências da Modernidade. Celta.
- Henderson, S. et al. (2007). *Inventing adulthoods: a biographical approach to youth transitions*. London: Sage.

- ISCTE-IUL (2020). "Cyberbullying em Portugal durante a pandemia do Covid-19".

 https://www.iscte-iul.pt/noticias/1706/maioria-estudantes-vitima-de-cyberbullying-durante-pandemia
- Kahn, L. B. (2010). The long-term labor market consequences of graduating from college in a bad economy. *Labour economics*, 17(2), 303-316.
- Lauritzen, P. (2001). 11 Indicators of a National Youth Policy. European Youth Forum.
- Morais, C., Chaves, M. & Batista, S. (2010). A Precariedade e o confronto subjectivo com o emprego precário entre os diplomados de uma faculdade de ciências sociais e humanas. In Marques, A. P. & Alves, M. G. (Orgs.) *Inserção Profissional de Graduados em Portugal: (Re)configurações Teóricas e Empíricas* (pp. 233-258). Braga: Húmus.
- Nico, M. (2021, dezembro). "As precariedades na investigação por camadas: Processo, substância e comparação". JFSUP Ensino Superior e Investigação (Suplemento do Jornal da FENPROF, nº 307). https://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/M Html/Mid 180/Anexos/JF sup dezembro 2021.pdf
- Nico, M. (2020). Neither 'new' nor 'normal': Tales of precarity from a life course follow-up study with young adults in Portugal (2009-2016). In Carmo, R. M. & Simões, J. A. V. (Eds.), *Protest, Youth and Precariousness: The unfinished fight against austerity in Portugal* (pp. 33-53). Berghahn Books.
- Nico, M. (2019). What do I Care for? Social values of young people compared. Strasbourg:

 European Commission and Council of Europe
- Nico, M. (2018, 13 de março). "Geração ou-ou". *Público*. https://www.publico.pt/2018/03/13/sociedade/opiniao/geracao-ouou-1806310
- Nico, M. (2014). Life is cross-sectoral, why shouldn't youth policy be: Overview of existing information on cross-sectoral youth policy in Europe?. Strasbourg: European Commission and Council of Europe
- Nico, M. (2011). Transição biográfica inacabada: Transições para a vida adulta em

 Portugal e na Europa na perspectiva do curso de vida. (Tese de doutoramento,

 Iscte Instituto Universitário de Lisboa). Retrieved from

 http://hdl.handle.net/10071/8365

- O'Connor, R. C. et al.. (2021). Mental health and well-being during the COVID-19 pandemic: longitudinal analyses of adults in the UK COVID-19 Mental Health & Wellbeing study. *The British Journal of Psychiatry, 218*(6), 326-333.
- Roberts, S., & MacDonald, R. (2013). Introduction for special section of sociological research online: The marginalised mainstream: Making sense of the 'missing middle' of youth studies. *Sociological Research Online*, *18*(1), 156-159.
- Ralls, D. (2020). Beyond the rainbows: The missing voices of children and young people in this pandemic. LSE Covid 19 Blog.
- Sagnier, L. & Morell, A. (2021). Os jovens em Portugal, hoje. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Williamson, H. (2021). About time! A reference manual for youth policy from a European perspective (Youth Knowledge 28). Council of Europe.

8. ANEXO: QUESTIONÁRIO

II PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE

Em Portugal, a Juventude tem a especial proteção dos seus direitos consagrada no artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa. Para desenvolvermos melhores políticas públicas de Juventude em todo o país, produzimos, em 2018, o primeiro Plano Nacional para a Juventude. Este plano termina agora e coincide também com o passar de mais um ano da pandemia da covid-19.

Agora é tempo de pensar no futuro! No 2.º Plano Nacional para a Juventude. Este plano é SOBRE TI e PARA TI.

Para tal, pedimos-te que respondas a este questionário, anónimo e confidencial, que demora aproximadamente 15 minutos a preencher. Queremos conhecer as dificuldades por que passas, as oportunidades por que anseias, a tua visão e as tuas ideias para a Juventude em Portugal para os próximos três anos.

Deste modo, o Governo poderá adequar cada vez mais a sua estratégia para a Juventude, criando ou melhorando serviços, programas, projetos e iniciativas, nas mais variadas áreas dos teus interesses e necessidades.

Não há respostas certas nem erradas, o mais importante é termos a perspetiva dos e das jovens dos 15 aos 30 anos da forma mais verdadeira possível.

Obrigado!

* Obrigatório

I. CARACTERIZAÇÃO

Em primeiro lugar, gostaríamos de te conhecer melhor e saber as tuas circunstâncias de vida. De seguida vamos querer saber as tuas opiniões e sentimentos sobre vários assuntos!



1

Qual a tua idade? *

O número tem de estar compreendido entre 15 e 30

2

Como te identificas? *

- Mulher
- Homem
- Género não binário
- Outra identidade de género
- O Prefiro não responder

És detentor/a de alguma incapacidade ou deficiência? *

\bigcirc	Sim
\bigcirc	Não
\bigcirc	Prefiro não responder
	4
١	/ives sozinho/a? *
\bigcirc	Sim
\bigcirc	Não
	5
٦	Tens filhos? *
\bigcirc	Sim
	Não

(ordem? *
\bigcirc	Financeira
\bigcirc	Saúde
\bigcirc	Escolha pessoal
\bigcirc	
	Outro
	7
\	Vives em casa do agregado familiar? *
\bigcirc	Sim
	Não
	8
	Vives em casa do agregado por opção própria, isto é, porque é a situação que preferes? *
\bigcirc	Sim

Se respondeste Não, e os motivos não dependem da tua vontade, são de que

○ Não

Qual a razão principal porque não saíste da casa dos teus pais? *

\bigcirc	Porque não tenho condições financeiras
\bigcirc	Porque quero dar apoio à família
\bigcirc	Porque gostava de partilhar a casa mas ainda não encontrei a(s) pessoa(s) certa(s)
	Outro

Sozinho/a				
☐ Mãe				
Pai				
Irmã/ão				
Cônjuge				
Avó/ô				
Filho/a				
Outro familiar				
Amigo/a				
Parceiro/a				
Colega de casa				
Outros não parentes				
Outras situações (instituição, residência)				
Não sei/ Não respondo				
Outro				
11				
Quantas pessoas são no agregado doméstico (a contar contigo)? *				
O valor tem de ser um número				

Com quem vives habitualmente? Seleciona todos os elementos que se apliquem

Onde resides habitualmente (isto é, a maior parte do tempo)? *

\bigcirc	Alentejo
\bigcirc	Algarve
\bigcirc	Centro
\bigcirc	Lisboa e Vale do Tejo
\bigcirc	Norte
\bigcirc	Região Autónoma dos Açores
\bigcirc	Região Autónoma da Madeira
\bigcirc	Outro País
\bigcirc	Não sei/ Não respondo

Onde resides habitualmente (isto e, a maior parte do tempo) - Distrito :
○ Aveiro
O Beja
○ Braga
○ Bragança
Castelo Branco
Coimbra
Évora
Faro
Guarda
○ Leiria
Lisboa
O Portalegre
O Porto
Santarém
○ Setúbal
○ Viana do Castelo
○ Vila Real
○ Viseu
14
Onde resides habitualmente (isto é, a maior parte do tempo)- Concelho? *

Qual é a tua nacionalidade? *
16
Se indicaste outro país, indica qual
17
Qual é a probabilidade, na tua opinião, de saíres de Portugal nos próximos 3 anos, para trabalhar, estudar, ou por outro motivo?
1 Muito improvável
2 Bastante improvável
3 Bastante provável
4 Muito provável
9 Não sei/ Não respondo

Condições de habitação Como classificas as condições da casa onde vives, tendo em conta as características da habitação e o total de pessoas que aí mora? *

\bigcirc	1 Muito Insuficientes
\bigcirc	2 Insuficientes
\bigcirc	3 Razoáveis
\bigcirc	4 Suficientes
\bigcirc	5 Muito Suficientes
\bigcirc	9 Não sei/ Prefiro não responder
	19
9	Seleciona todas as situações que se adequam a ti: *
	A estudar
	A trabalhar
	Em estágio profissional/ pedagógico/ formação profissional
	À procura do 1º emprego
	Desempregado/a
	A prestar cuidados a familiares ou outras pessoas
	Em situação de doença/ incapacidade/ invalidez
	Não sei/ Não respondo
	Outro

Qual o nível de ensino ou ano de escolaridade que já concluíste? *

\bigcirc	1.º ciclo
\bigcirc	2.º ciclo (5.º e 6.º ano)
\bigcirc	3.º ciclo (9.º ano)
\bigcirc	10.º ano
\bigcirc	12.º ano
\bigcirc	Licenciatura
\bigcirc	Pós-graduação
\bigcirc	Mestrado
\bigcirc	Doutoramento
\bigcirc	Curso Técnico Superior Profissional
\bigcirc	Não sei/ Não respondo
	21
E	incontras-te a estudar? *
\bigcirc	Sim
\bigcirc	Não
\bigcirc	Não sei/ Não respondo

Que nível	de	ensino	te	encontras	а	frequentar?	*
-----------	----	--------	----	-----------	---	-------------	---

2º ciclo (5ºe 6º ano)
3º ciclo (9º ano)
10° ano
12ª ano ou equivalente
○ Licenciatura
O Pós-graduação
○ Mestrado
Outoramento
○ Não sei/ Não respondo
23
O grau de escolaridade que concluíste é o que pretendias? *
○ Sim
○ Não
Não sei/ Não respondo

Qual o grau de escolaridade que pretendes concluir? *

\bigcirc	3º ciclo (9ºano)
\bigcirc	10° ano
\bigcirc	12 ^a ano
\bigcirc	Curso profissionalizante
\bigcirc	Licenciatura
\bigcirc	Pós-graduação
\bigcirc	Mestrado
\bigcirc	Doutoramento
\bigcirc	Não sei/ Não respondo

Qual o fator ou fatores para não teres concluído a escolaridade que pretendias *
Querer começar a trabalhar
Precisar de começar a trabalhar sobretudo para superar dificuldades financeiras
Para ser independente, em geral
Para poder sair de casa dos meus pais
Para superar dificuldades financeiras
Por não haver garantias de trabalho
Por sugestão dos meus pais ou familiares
Por sugestão dos meus professores
Por sugestão dos meus amigos/colegas
Por não ter notas suficientes
Por não gostar de estudar
Por achar que não seria capaz
Por não ter forma de suportar os custos de vida associados ao ensino
Outro
26
Estás a trabalhar?
Sim
○ Não

No teu trabalho és: *
Trabalhador/a por conta de outrem
Trabalhador/a por conta própria
Trabalhador/a no negócio ou empresa da família
Não sei/ Não respondo
Outro
28
Em que grupo se enquadra a tua atividade profissional principal? *
ziii que grapo se enquadra a taa adviadae pronssional principali
Profissões das Forças Armadas
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestoresexecutivos(Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes superiores, diretores e gestores de empresas; Diretores de serviços)
Especialistas das atividades intelectuais e científicas (Profissionais de saúde; Professores; Especialistas em matemáticas, engenharias e técnicas afins, emfinanças, contabilidade, em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturaise outros)
Técnicos e profissões de nível intermédio (Técnicos e profissões das ciências e engenharia de nível intermédio; Técnicos e profissionais de nível intermédio da saúde; das áreas financeira, administrativa e dos negócios dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares; Técnicos das tecnologias de informação e comunicação)
Pessoal administrativo
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem - Trabalhadores não qualificados
Não sabe/ não responde

Qual a designação da tua atividade profissional?
30
Quantas horas trabalhas por semana (número base de horas contratadas por semana sem contar com horas extraordinárias remuneradas ou não remuneradas)? *
O valor tem de ser um número
31
Independentemente das horas contratadas, quantas horas trabalhas em média por semana no teu trabalho principal? *
32
Indica-nos o teu rendimento líquido individual (médio, mensal, em euros) ou seja,
o teu rendimento pessoal depois de descontadas todas as taxas e impostos, incluindo benefícios estatais como subsídios. *
O valor tem de ser um número

Assinala o que m	nelhor corresponde	à co	ntratualiza	cão do	teu trabalho	o atual: *
7 loomiala o que m	Tennor corresponde	u 00	i ici acaanza	gae ae	cca crabani	, acaan

\bigcirc	Não tenho contrato ou o meu contrato é informal
\bigcirc	O meu contrato é a termo incerto
\bigcirc	O meu contrato é a termo certo
\bigcirc	O meu contrário é temporário
\bigcirc	Estou em situação de falsos recibos verdes
\bigcirc	Estou a recibos verdes ou em modalidade de trabalho independente
\bigcirc	O meu contrato é de bolsa
\bigcirc	O meu contrato é de estágio ou trainee
\bigcirc	O meu contrato é de emprego-inserção
\bigcirc	O meu contrato é de part-time involuntário
\bigcirc	Não sei/ Não respondo
	34

Pensando na tua atividade profissional atual, qual a tua satisfação com os seguintes aspetos: *

	Completament e satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Completament e insatisfeito	Opção 5
O trabalho em si	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc	\bigcirc
A valorização profissional/pessoal	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A segurança ou regalias do trabalho	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A remuneração do trabalho	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
As relações de trabalho	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc

precário/a? *

1 Discordo totalmente
O 2 Discordo
3 Não concordo nemdiscordo
○ 4 Concordo
5 Concordo totalmente
9 Não sei/ prefiro não responder
36
Relativamente às tuas expetativas para daqui a 12 meses, qual a probabilidade, de na tua opinião, perderes este teu trabalho por seres demitido/a, dispensado/a ou por não teres o teu contrato renovado? *
1 Muito improvável
2 Bastante improvável
3 Bastante provável
9 Não sei/ prefiro não responder

Qual o teu grau de concordância com esta frase: "Sou um/a trabalhador/a

opção que melhor se aplica. *
Manter a minha situação atual
Ser promovido/a
Permanecer na mesma empresa/instituição mas passar a executar outro tipo de tarefas
Mudar de empresa/instituição, mantendo a mesma profissão
Mudar de empresa/instituição e de profissão
Montar um negócio próprio
○ Não sei/ Não respondo
Outro
38
Qual a tua satisfação com o decorrer do teu trabalho em pandemia. Utiliza a escala de 1 a 5, em que 1 é "nada satisfeito/a" e 5 é "muito satisfeito/a" 9- Não sei/ Não respondo *
1 Nada satisfeito(a)
2 Pouco satisfeito(a)
3 Razoavelmente satisfeito(a)
4 Satisfeito(a)
5 Muito satisfeito(a)
9 Não sei/ Não respondo

Quais são os teus projetos profissionais para os próximos três anos? Seleciona a

Já foste agredido/a ou sofreste de bullying - fisicamente,verbalmente ou via online? *
○ Sim
○ Não
40
Se sim, de que forma/s? *
Agressão física
Agressão Verbal
Cyberbulling
Cyberstalking
Discurso de ódio
41
Existe outra dimensão da tua identidade que queiras partilhar na tua caracterização? Se sim, indica-nos em breves palavras:

II. BEM-ESTAR, OPINIÕES E EXPECTATIVAS

Nesta secção queremos perceber melhor como te sentes sobre diversas esferas da tua vida e da vida dos jovens em geral: as tuas preocupações, o teu bem-estar, as tuas visões para o futuro. A próxima seção é a última.



42

Como avalias a tua saúde física? *

\cup	I Mullo Boa
\bigcirc	2 Boa
\bigcirc	3 Razoável
\bigcirc	4 Má
\bigcirc	5 Muito má
\bigcirc	9 Não sei/ Não respondo

_	1.		<i>,</i> ,		حاد
Como	avallas	a fua	saude	mental?	不

1 Muito Boa						
O 2 Boa						
3 Razoável						
O 4 Má						
O 5 Muito má						
9 Não sei/ Não respond	do					
44						
Indica o teu nível de	preocupaç	ão em relaç	ção ao futi	uro, nestes	diferentes	níveis.
*						
					5-	
	1-Nada	2-Pouco	3-Algo	4-Muito	Extremamen te	9-Não sei/ Não
	preocupado	preocupado	preocupado	preocupado	preocupado	respondo
O teu futuro	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O futuro dos/as jovens que conheces	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O futuro dos/as jovens da tua localidade	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O futuro dos/as jovens em Portugal		\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O futuro dos/as jovens						
na Europa	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc

Em que áreas te sentes mais preocupado ou preocupada em relação ao teu futuro? $\ ^{*}$

	1-Nada preocupado	2-Pouco preocupado	3-Algo preocupado	4-Muito preocupado	5- Extremamen te preocupado	Não
Escolaridade	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Trabalho	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Financeira	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Habitacional	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Familiar	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Saúde	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Lazer	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
46 Outras áreas de preocupação em relação ao teu futuro						

De uma maneira geral, quão satisfeito/a estás com as tuas circunstâncias de vida (escolares, laborais, financeiras, habitacionais, familiares e de saúde). Utiliza a escala de 1 a 5, em que 1 é "nada satisfeito/a" e 5 é"muito satisfeito/a" e 9- Não sei/ não respondo/ Não se aplica *

1 Nada satisfeito(a)
2 Pouco satisfeito(a)
3 Razoavelmente satisfeito(a)
4 Satisfeito(a)
5 Muito satisfeito(a)
9 Não sei/ Não respondo
48
Indica, na escala abaixo, a que achas que se deve esse nível de satisfação: *
1. Totalmente pelas minhas ações
2. Maioritariamente pelas minhas ações
3. Maioritariamente por circunstâncias ou contextos alheios à minha vontade
4. Totalmente por circunstâncias ou contextos alheios à minha vontade
Prefiro não responder

No âmbito dos confinamentos associados à pandemia da covid-19, em geral, em que medida tem sido fácil ou difícil para ti lidares com restrições? *

\bigcirc	1 Tem sido muito fácil
\bigcirc	2 Tem sido relativamente fácil
\bigcirc	3 Nem tem sido fácil nem difícil
\bigcirc	4 Tem sido relativamente difícil
\bigcirc	5 Tem sido muito difícil
\bigcirc	9 Não sei/ Nãorespondo

Em que medida consideras que cada uma das seguintes áreas foi afetada pela pandemia? *

	1-Muito afetada	2- Razoavelmente afetada	3- Pouco afetada	4-Nada afetada	9-Não se aplica/Não sei/ Não respondo
O meu percurso educacional	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O meu percurso laboral	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O meu percurso residencial	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A minha saúde física	\bigcirc	\bigcirc			
A minha saúde mental	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc
As minhas atividades de lazer	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A minha sexualidade	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A minha vontade de ter filhos	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
As relações com os membros do meu agregado familiar	\bigcirc		\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
As relações com os meus familiares	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
As relações com os meus amigos	\bigcirc	\circ	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc

Avalia a importância dos seguintes temas para o futuro da juventude? *

	1-Menos importante	2-Pouco importante	3- Indiferente	4- Importante	5-Mais importante	9-Não sei/ Não respondo
A democracia	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O autoritarismo	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A participação política e/ ou associativismo	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc
A Europa e o projeto Europeu	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc
Os direitos humanos	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A igualdade e a inclusão social	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc
As desigualdades de género e a violência de género	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
As liberdades sexuais	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A pobreza e a exclusão social	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc
Saúde de qualidade	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Educação de qualidade	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Acesso a água potável e saneamento	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
As migrações e os refugiados	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc
A precariedade e o trabalho digno	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O crescimento económico	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
O ambiente e a crise climática (e as energias renováveis)	0	\circ	0	0	\circ	\circ

	1-Menos importante	2-Pouco importante	3- Indiferente	4- Importante	5-Mais importante	9-Não sei/ Não respondo
As pandemias	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
A segurança, a defesa e a paz	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Os desafios demográficos e o envelhecimento	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	
A digitalização da sociedade	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc

III. O PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE

Nesta última secção queremos perceber o teu conhecimento, envolvimento e expectativas para as políticas públicas de Juventude.



52

Indica-nos o teu grau de conhecimento sobre o Plano Nacional para a Juventude

\cup	i Desconneço
\bigcirc	2 Ouvi falar mas de

esconheço

\bigcirc 3	3 Conheço	razoave	lmente
--------------	-----------	---------	--------

4 Conheço bem

\bigcirc	5 Conheço	muito	bem
\ /	2 Conneço	manco	DCIII

9 Não sei/ Não respondo

De que fontes tiveste conhecimento do Plano Nacional para a Juventude *

Escola
CNJ- Conselho Nacional de Juventude
FNAJ- FederaçãoNacional das Associações Juvenis
IPDJ- Instituto Português do Desporto e Juventude
Conselho municipal de juventude
Associações Juvenis
Jornais/media tradicional
Redes sociais ou internet
Amigos/ Colegas/ Familiares
Prefiro não responder
Outro

Seleciona quais as organizações, iniciativas, projetos e programas que conheces no sector da Juventude, existentes em Portugal. *

	Desconheço	Ouvi falar mas desconheço	Conheço razoavelmente		Conheço muito bem
Governo - Secretário de Estado da Juventude e Desporto	\circ	\circ	\bigcirc	\circ	\circ
IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude	\circ	\circ	\circ	\circ	\circ
FNAJ - Federação Nacional de Associações Juvenis	\circ	\circ	\bigcirc	\circ	\circ
CNJ - Conselho Nacional de Juventude	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Conselhos Municipais de Juventude	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Programas de Apoio ao Associativismo Jovem do Instituto Português do Desporto e Juventude	\bigcirc			\bigcirc	
Cartão Jovem	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Cartão de Alberguista/ Pousadas da juventude	\bigcirc	\bigcirc	\circ	\bigcirc	\bigcirc
Programas para Jovens, do Instituto Português do Desporto e Juventude	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc	\bigcirc
Programa Erasmus+ Juventude em Ação	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Portal do IPDJ na internet https://. <u>ipdj.gov.pt</u> (http://ipdj.gov.pt)	\bigcirc	\bigcirc		\bigcirc	\bigcirc

	Desconheço	Ouvi falar mas desconheço	Conheço razoavelmente	Conheço bem	Conheço muito bem
Programas ou iniciativas para jovens, da Câmara Municipal ou Junta de Freguesia			\bigcirc		
Livro Branco da Juventude	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Lojas Ponto JA	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Corpo Europeu de Solidariedade	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Conselho da Europa – Fundação Europeia de Juventude	\circ	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Fundação da Juventude	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Porta 65	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Estágios <u>Ativar.Pt</u> (<u>http://ativar.Pt)</u>	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Plano de Alojamento Estudantil	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc

Entre estas organizações, iniciativas, projetos e programas, indica as que já usufruíste.

*

Gov	verno - Secretário de Estado da Juventude e Desporto
☐ IPD.	J - Instituto Português do Desporto e Juventude
FNA	AJ - Federação Nacional de Associações Juvenis
CNJ	J - Conselho Nacional de Juventude
Cor	nselhos Municipais de Juventude
Pro	gramas de Apoio ao Associativismo Jovem do Instituto Português do Desporto e Juventude
Car	tão Jovem
Car	tão de Alberguista/ Pousadas da juventude
Pro	grama Erasmus+ Juventude em Ação
Por	tal do IPDJ na internet <u>https://ipdj.gov.pt (https://ipdj.gov.pt)</u>
Gab	pinetes de Saúde Juvenil
Loja	as Ponto JA
Fun	ndação da Juventude
Por	ta 65
Está	ágios <u>Ativar.Pt (http://ativar.Pt)</u>
Plar	no de Alojamento Estudantil
Pro	grama Jovens Criadores
Parl	lamento dos jovens/ Euroscola
Pro	grama 70 JA
Orç	ramento Participativo Jovem
Pro	grama internet segura
Pro	grama Cuida-te +
12/15/2021 Can	npos de Trabalho Internacionais

Programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas
Programa Agora Nós
Programa Férias em Movimento
Programa de Ocupação de Tempos Livres
Sexualidade em linha
56
Conheces alguma medida direcionada aos/às jovens nos últimos 4 anos que, na tua opinião, tenha tido impacto nas condições de vida dos/as jovens? *
Não, nenhuma
Sim, mas impacto pequeno
Sim, impacto médio
Sim, com grande impacto
O Prefiro não responder
57
Qual ou quais foram essas medidas?

Conta-nos um pouco sobre o teu envolvimento em atividades de cidadania e participação, formais ou não formais, em associações, organizações diversas, ou em projetos e iniciativas pontuais. *

	1-Nunca participei	2-Participei uma vez	3-Participei várias vezes	4-Estive muito envolvido	5-Estou envolvido agora	9-Não sei/ Não respondo
Associação Juvenil	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Associação de Estudantes do Básico e Secundário	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Associação de Estudantes do Ensino Superior/Faculdade	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Atividades de Voluntariado	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Organização Não- Governamental (ONG)	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Campos de Férias	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Ativismo online (ex. redes sociais, blogues)	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Votar nos atos eleitorais	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Partido Político	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Manifestações públicas em favor de causas	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Orçamento participativo	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Petições	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc	\bigcirc
Boicotes		\bigcirc		\bigcirc	\bigcirc	

Caso tenhas participado em outras atividades de cidadania e participação, identifica-as
60
Participas em ações de voluntariado?
○ Sim
○ Não
61
Se sim
O De forma regular(pelo menos 1 x por mês)
De forma Pontual (até 8 x ano)

Quais as áreas que consideras mais importantes para a vida das pessoas jovens, no momento presente? $\ ^{*}$

	1-Menos importante	2-Pouco importante	3- Indiferente	4- Important e	5-Mais importante	9-Não sei/ Não respondo
Ambiente e desenvolvimento sustentável (ex. envolvimento da juventude na proteção dos direitos dos animais, preservação da natureza, promoção de estilos de vida que tenham em conta as necessidades do planeta, distribuição de recursos)						
Criatividade e cultura (ex. acesso à cultura, desenvolvimento da capacidade de inovação, artes e expressão pessoal ecoletiva)						
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação (ex. prevenção da exclusão social, erradicação da pobreza, combate ao racismo, xenofobia, sexismo e outras formas de discriminação, diálogo intercultural						

	1-Menos importante	2-Pouco importante	3- Indiferente	4- Important e	5-Mais importante	9-Não sei/ Não respondo
Educação e formação (ex. ensino escolar ou superior, oportunidades de aprendizagem não formal, fora da escola ou centros de formação, aprendizagem ao longo da vida, desenvolvimento de competências)						
Empreendedorismo (ex. oportunidades e apoios ao empreendedorismo)	\bigcirc	\circ	\circ	\bigcirc	\circ	\circ
Emprego (ex. oportunidades de emprego, estágios, apoios à contratação, vagas compatíveis com as tuas capacidades e conhecimento)						
Habitação (ex. arrendamento jovem, condições dignas de habitação, organização da cidade ou local onde vivo)						
Mobilidade internacional e nacional (ex. possibilidadede participar em atividades fora do local de residência, intercâmbios, cooperação internacional, estudar no estrangeiro, fazer Erasmus)						

	1-Menos importante	2-Pouco importante	3- Indiferente	4- Important e	5-Mais importante	9-Não sei/ Não respondo
Participação cívica e cidadania (ex. ter a oportunidade de partilhar ideias com decisores políticos, associativismo jovem, voluntariado, dirigente ou membro de organizações não governamentais, participar em eleições)						
Paz e segurança (ex. promoção de sociedades pacíficas, não violentas e respeitadoras das liberdades e garantias)						
Saúde e bem-estar (ex. a promoção de estilos de vidasaudáveis através do desporto e atividade física, nutrição, sexualidade, consumos nocivos, apoio psicológico)						
63 Na tua opinião, que	medidas sã	o urgentes	adotar na	área da ju	ventude? *	

Qual o teu grau de concordância com a seguinte frase: "A perceção e opinião dos/as jovens são consultadas e tidas em conta para a formulação de políticas públicas de Juventude" \ast

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Não concordo nem discordo
△ 4 Concordo
○ 5 Concordo totalmente
9 Não sei/ Não respondo
65
Gostaríamos de saber se estás disponível para futuramente participar numa entrevista individual? *
○ Sim
○ Não
O Prefiro não responder
66
Importas-te de deixar o teu contacto de email? *

Este conteúdo não foi criado nem é aprovado pela Microsoft. Os dados que submeter serão enviados para o proprietário do formulário.

Microsoft Forms